AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 36 | Nº 08 | AGOSTO 2016 | R$ 15,00



TAXA DE CÂMBIO

COMO ELA PODE DETERMINAR O RESULTADO DA SAFRA ATUAL?

FGV EESP
ESCOLA DE ECONOMIA DE SÃO PAULO

ISSN 0100-4298

ACORDO TRANSPACÍFICO SUA IMPORTÂNCIA PARA O MERCADO AGRÍCOLA

PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA O QUE ESPERAR PARA O SEGUNDO SEMESTRE?

FGV

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Postal Code 62.591 - CEP 22257-970 | Tel.: (21) 2559 6000 | www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidente: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Aldo Floris, Antonio Monteiro de Castro Filho, Ary Oswaldo Mattos Filho, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Mauricio Matos Peixoto

CONSELHO CURADOR
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Antonio Alberto Gouvêa Vieira, Andrea Martini (Souza Cruz S/A), Eduardo M. Krieger, Estado do Rio Grande do Sul, Estado da Bahia, Luiz Chor, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Murilo Portugal Filho (Federação Brasileira de Bancos), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A), Orlando dos Santos Marques (Publicis Brasil Comunicação Ltda), Raul Calfat (Votorantim Participações S.A), José Carlos Cardoso (IRB-Brasil Resseguros S.A), Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Sandoval Carneiro Junior, Willy Otto Jordan Neto
Suplentes: José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Luiz Ildefonso Simões Lopes (Brookfield Brasil Ltda), Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Clóvis Torres (VALE S.A.), Rui Barreto, Sergio Lins Andrade, Victório Carlos De Marchi

Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano
Diretor da FGV Projetos: Cesar Cunha Campos
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Diretor da FGV-EAESP: Luiz Artur Ledur Brito

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas

Conselho Editorial: Cleber Guarany, Gustavo Diniz Junqueira, Luis Carlos Guedes Pinto, Luiz Carlos Corrêa Carvalho, Ricardo Simonsen, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
Editor-chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editor Executivo: Luiz Antonio Pinazza
Colaboradores: Bruno Benzaquen Perosa e Felippe Cauê Serigati
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Redator: Paulo Roque
Capa: Luísa Pinheiro Ulhoa Tenório
Projeto Gráfico: Maria João Macedo [Atelier Lola]
Arte: Alexandre Monteiro
Revisor: Alexandre Sobreiro
Secretaria e Administração: Viviane de Carvalho
Coordenador da Produção Editorial: Evandro Faulin
Publicidade/Comercial/Assinatura: Viviane de Carvalho

Av. Paulista, 1.294, 15º andar,
Tel.: (11) 3799-4104 | Fax: (11) 3262-3569

contato@agroanalysis.com.br
www.fgv.br/agroanalysis

Acesse o site
www.fgv.br/agroanalysis
ou ligue
0800 770 88 81
e assine a publicação que melhor acompanha o agronegócio

O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

PROTAGONISMO E LIDERANÇA NOS ACORDOS INTERNACIONAIS

MAIS DO que nunca, o Brasil está provando que a economia está muito longe de ser uma ciência exata. A mudança de comando político e econômico alterou totalmente as expectativas dos principais atores. Como a ***Agroanalysis*** vem sugerindo, temos inflação em queda, juros também com tendência de redução (o ano seguramente encerrará com uma Selic menor) e câmbio flutuando entre R$ 3,25 e R$ 3,50 por dólar.

Imediatamente após a provável confirmação do *impeachment* de Dilma Rousseff, Michel Temer irá apresentar as reformas da previdência e trabalhista. As chances de aprovação são grandes. A recente votação para a presidência da Câmara dos Deputados mostrou algum progresso em termos de compromissos mais sérios com a economia e o País.

Com a melhora do quadro brasileiro, há tendência de grande entrada de dólares, o que, em tese, valorizaria o real. Mas, como a balança comercial é peça fundamental da melhora do quadro – vamos reduzir nosso déficit de transações correntes de US$ 100 bilhões, em 2015, para perto de zero, neste ano! –, o BACEN tenderá a intervir para segurar o câmbio na faixa anteriormente mencionada. Vale lembrar que o risco Brasil vem caindo bastante, exatamente em função de todo esse conjunto. No final de julho, o País fez captação de recursos no exterior ao custo de 5,875% ao ano, quase a mesma taxa de quando o País ainda tinha grau de investimento. No final do governo Dilma, a taxa chegou a 8% ao ano! Finalmente, vale dizer que há grande esforço para destravar os investimentos em infraestrutura.

É interessante olhar com atenção para o impacto da variação cambial nas *commodities* agropecuárias. Combinando uma maior possibilidade de trajetória moderada do dólar com a variação das projeções do preço das *commodities* para a safra 2016/17, a variação entre preços mínimos e máximos em reais para algodão, milho, soja e trigo pode chegar a 50%!

O café é outro exemplo emblemático do impacto do câmbio sobre o agronegócio. O produto foi beneficiado com a desvalorização do real frente ao dólar. A situação já esteve melhor com o câmbio a R$ 4,00, mas, apesar de ter ocorrido uma valorização do real, a conjuntura ainda continua boa durante a atual colheita na cafeicultura.

No balanço do primeiro semestre de 2016, os grãos brilharam dentre os principais produtos agrícolas e pecuários. O milho teve a maior valorização no mercado brasileiro. Foi um resultado inusitado. Considerando a região de Campinas, em São Paulo, o preço da saca de 60 quilos subiu 91,8%, frente ao mesmo período do ano passado. Logo na sequência, apareceu a soja, com alta de 25,2% no semestre. Além de pesarem nos custos de produção da pecuária, o milho e a soja valorizados puxaram para cima os preços dos alimentos alternativos, como o sorgo e a polpa cítrica, entre os energéticos, e o farelo e o caroço de algodão, entre as fontes proteicas.

Quanto ao Plano Agrícola e Pecuário (PAP) da safra 2016/17, a quantidade de crédito rural sofreu mudança. Em maio deste ano, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) havia anunciado R$ 202,88 bilhões para os financiamentos de custeio, investimento e comercialização. Este valor, no entanto, teve um ajuste para baixo, tendo sido reduzido a R$ 185,00 bilhões. Esta baixa decorre do redimensionamento dos recursos captados pelas Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs) para a safra 2016/17 (julho de 2016 a junho de 2017). O tamanho estimado ficou menor em R$ 17,8 bilhões quando se toma por base a safra 2015/16.

Muito importante foi a Medida Provisória (MP) nº 725, que introduziu uma importante alteração nas regras sobre a emissão de dois títulos: o Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA) e o Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA). Ambos, agora, poderão ser emitidos com cláusula de correção pela variação cambial, desde que negociados com investidores não residentes no País. Na condição de grande exportador de produtos agrícolas, uma das reinvindicações antigas do agronegócio constitui-se na criação de mecanismos para atrair investidores estrangeiros e incentivar a captação de recursos via mercado de capitais.

Em termos de negociação internacional, é notória a paralisia do Brasil. Há doze anos, o País esteve na liderança de negociações internacionais, com protagonismo na Rodada Doha, na discussão da Área de Livre-Comércio das Américas (ALCA) e no acordo com a União Europeia. Mas, nenhuma das iniciativas foi concretizada, e, atualmente, existem vários acordos bilaterais celebrados ao redor do globo sem a participação brasileira. Cerca de 40% do comércio mundial atual dão-se com bases estabelecidas em acordos bilaterais. É grave e impactante a ausência do Brasil nestas negociações, sobretudo olhando para uma agenda de longo prazo.

No caso do acordo Transpacífico, firmado em outubro de 2015 entre doze países banhados pelo Oceano Pacífico, sua relevância no mercado de *commodities* agrícolas é significativa em qualquer comparação, seja de oferta ou demanda. Os países-membros do bloco são bastante ativos no comércio global, com uma participação acima de 30% na exportação e na importação mundial de várias *commodities*. O consumo doméstico é robusto, também, na comparação global, sobretudo em suco de laranja, milho, carne de frango, carne de boi, café e produtos lácteos.

Para terminar, temos o Caderno Especial da Associação Brasileira das Indústrias de Tecnologia em Nutrição Vegetal (Abisolo), que a ***Agroanalysis*** edita pela sétima vez. Na segunda metade do século passado, tivemos o salto em Genética – variedades mais produtivas e resistentes a doenças – e o desenvolvimento tecnológico de outros insumos, como defensivos e máquinas. Mais recentemente, desde meados do decênio passado, a Nutrição começou a fazer a diferença. O conteúdo registra o leque de ações levado a cabo pela entidade, dentre as quais se destaca a pesquisa de mercado das empresas do setor. ■



04 EDITORIAL

07 ABRE ASPAS

07 ENTREVISTA
TEREZA CRISTINA CORRÊA DA COSTA DIAS
MODERNIZAR OS MARCOS REGULATÓRIOS DO AGRONEGÓCIO

11 FRASES & COMENTÁRIOS

12 MACROECONOMIA
EM BANHO-MARIA

14 AGRODROPS

19 MERCADO & NEGÓCIOS

19 CAPA CÂMBIO
COMO O DÓLAR DEVE AFETAR OS RESULTADOS DO AGRO?

22 EDUCAÇÃO
SEU PAPEL NO AGRONEGÓCIO

24 CAPA BALANÇO DA PRODUÇÃO
MILHO E SOJA COM AS MAIORES ALTAS

26 MUDANÇAS NA VARIAÇÃO CAMBIAL
IMPACTO NA CAFEICULTURA

28 CAPA TRANSPACÍFICO
IMPORTANTE ACORDO GLOBAL PARA O MERCADO AGRÍCOLA

30 POLÍTICA AGRÍCOLA

30 PLANO AGRÍCOLA E PECUÁRIO DA SAFRA 2016/17
AJUSTES NA DOTAÇÃO DE RECURSOS

33 CONTEÚDO ESPECIAL

33 ABISOLO
DISSEMINAR A TECNOLOGIA EM NUTRIÇÃO VEGETAL

42 SINDIVEG
SETOR INCENTIVA DIÁLOGO NO CAMPO EM PROL DAS ABELHAS

44 FAESP
AQUISIÇÃO DE TERRAS PARA ESTRANGEIROS

45 ANDEF
DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA A AGRICULTURA BRASILEIRA

46 COLUNAS

46 DIÁRIO DE BORDO
BREXIT E GLOBALIZAÇÃO

47 PRODUZIR
PAVIMENTAR O CAMINHO PARA UMA SOCIEDADE SUSTENTÁVEL

48 OPINIÃO
BIOECONOMIA E A AGRICULTURA

49 REFLEXÃO
LIDERANÇA E PROTAGONISMO

50 ESTATÍSTICA

MODERNIZAR OS MARCOS REGULATÓRIOS DO AGRONEGÓCIO

TEREZA CRISTINA CORRÊA DA COSTA DIAS

DEPUTADA FEDERAL (PSB-MS) E VICE-PRESIDENTE DA FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA (FPA)

DA REDAÇÃO

Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias esteve à frente de diversas associações e conselhos voltados para a área rural e foi uma das maiores responsáveis pelo desenvolvimento do estado como secretária de Desenvolvimento Agrário, Produção, Indústria, Comércio e Turismo do Mato Grosso do Sul de 2007 a 2014. Após formar-se em Engenharia Agronômica pela Universidade Federal de Viçosa – UFV (Minas Gerais), mudou-se para São Paulo, onde trabalhou em diversas empresas multinacionais do setor de alimentos. Um dos destaques desta fase foi a introdução da raça Brangus de gado bovino no Brasil.



GUILHERME MARTIMON - DIVULGAÇÃO

AGROANALYSIS: AS DEMANDAS EM TERMOS DE REGULAMENTAÇÃO DO AGRONEGÓCIO SÃO EXTENSAS E COMPLEXAS. A FPA CONSEGUE LIDERAR TODO ESSE PROCESSO?

TEREZA CRISTINA CORRÊA DA COSTA DIAS: Se existe uma instituição preparada e com legitimidade para liderar esse processo é a FPA, que congrega parlamentares de quase todos os partidos e conta com robusto apoio de todos os segmentos do setor produtivo. O seu Instituto Pensar Agropecuária (IPA) possui 42 instituições mantenedoras, desde produtores a exportadores, passando pela indústria. A FPA já mostrou experiência na condução de temas complexos, como a aprovação do Código Florestal, em 2012.

UM DOS DESAFIOS PENDENTES É ANALISAR O PROJETO DE LEI (PL) Nº 3.200/15, QUE TRATA DO USO DOS DEFENSIVOS FITOSSANITÁRIOS E PRODUTOS DE CONTROLE AMBIENTAL?

TCCCD: A proposta deste PL é fazer uma revisão completa da Lei de Agrotóxicos (nº 7.802/89), cujo texto está defasado e incompatível com acordos internacionais ratificados pelo Brasil, como o Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (SPS). Para isso, precisamos apressar o processo de registro. Devemos permitir que os defensivos mais eficientes e menos agressivos ao meio ambiente cheguem mais rápido aos produtores rurais, em vez de demorarem oito anos na fila da burocracia.

Os conflitos aparecem nas mais diversas formas. Os fabricantes reclamam dos obstáculos existentes para a implantação de novas fábricas e a obtenção de registros dos seus produtos. Já os produtores rurais mostram descontentamento com o atraso na liberação de produtos mais modernos para controlar as doenças e as pragas. Enquanto consumidores pedem alimentos mais seguros, os médicos atentam para os aspectos da saúde humana e toxicológicos. Do outro lado, os ambientalistas reivindicam processos mais sustentáveis.

> “PRECISAMOS ELIMINAR A IDEOLOGIA E ATRAIR INVESTIMENTOS PARA NOVAS TECNOLOGIAS.”

É por isso que o deputado Luiz Nishimori, relator da Comissão Especial que eu presido, elaborou um Plano de Trabalho que contempla a realização de diversas audiências públicas, que nos darão a oportunidade de ouvir todos os interessados, considerar os diversos pontos de vista e chegar a um consenso baseado em critérios técnicos e científicos, que eliminem a burocracia e preservem a segurança dos alimentos, do meio ambiente e dos aplicadores.

O QUE TRATARIA A COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE FITOSSANITÁRIOS (CTNFito), A SER CRIADA NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA)?

TCCCD: O processo de registro de defensivos será tão mais rápido e seguro quanto mais claros e objetivos forem os critérios de avaliação de riscos. As indústrias e os técnicos terão mais segurança para apressar a análise dos processos e diminuir as exigências de informações. A CTNFito, composta por especialistas de notório saber científico, técnicos de governo e representantes da indústria e de produtores rurais, terá uma importância fundamental nesse processo. Com tomada de decisões baseadas em critérios científicos, os seus pareceres não poderão ser contestados pelos demais órgãos da administração. Essa é uma proposta sujeita a discussão e poderá ser aprimorada no curso da análise do Projeto de Lei.

O PL Nº 3.200/15 MINIMIZA O IMPACTO DE UM EMPREENDIMENTO OU UMA ATIVIDADE CAUSADORA DE DEGRADAÇÃO AMBIENTAL?

TCCCD: A intenção do PL é dar ao produtor rural brasileiro acesso a um conjunto de políticas e ferramentas de defesa que minimizem o impacto das atividades agropecuárias. A redução da burocracia e dos custos de registro gera benefícios. Além de garantirmos o acesso aos defensivos mais eficientes e menos tóxicos tanto para o homem, como o meio ambiente, estimulamos à pesquisa de novos produtos.

> “DEVEMOS PERMITIR QUE OS DEFENSIVOS MAIS EFICIENTES E MENOS AGRESSIVOS AO MEIO AMBIENTE CHEGUEM MAIS RÁPIDO AOS PRODUTORES RURAIS...”

A OBRIGATORIEDADE DA AUTORIZAÇÃO DOS OBTENTORES DE CULTIVARES PARA A COMERCIALIZAÇÃO DO PRODUTO OBTIDO NA COLHEITA (PL Nº 827/15) PODE ONERAR O PRODUTOR?

TCCCD: Tema complexo, este PL nº 827 promove alterações na Lei de Proteção de Cultivares. A reserva de sementes para uso próprio é uma prática consolidada no País. Ao mesmo tempo, os produtores reconhecem a necessidade de remunerar os obtentores vegetais como uma forma de garantir o desenvolvimento de novas cultivares mais produtivas, resistentes a pragas e estresse hídrico. Essa questão é importante para estimular o desenvolvimento de novas cultivares convencionais, não transgênicas. A questão está na cobrança desses *royalties*, que precisa ser feita de uma forma satisfatória para ambas as partes, inclusive com regras específicas para a agricultura familiar.

NA DISCUSSÃO SOBRE A TERRA PARA ESTRANGEIROS (PL Nº 4.059/12), É POSSÍVEL ALINHAR A DIVISÃO QUE EXISTE ENTRE LIBERAR E RESTRINGIR AS AQUISIÇÕES?

TCCCD: O presidente da FPA, o deputado Marcos Montes, tem se dedicado a esta matéria. O País e o mundo precisam de investimentos maciços para atender a demanda crescente por alimentos e produtos agroflorestais. Os recursos nacionais não são suficientes. Precisamos eliminar a ideologia e atrair investimentos para novas tecnologias. A legislação atual, por meio do Decreto nº 3.365/41, permite a desapropriação por necessidade pública para assegurar a soberania nacional.

Mas, como o parecer da Advocacia-Geral da União (AGU) publicado em 2010 deu nova interpretação jurídica ao § 1º do artigo 1º da Lei nº 5.709/71, ao restringir os negócios com terras por empresas brasileiras com maioria do capital estrangeira, travou investimentos em nosso País. O PL nº 4.059, elaborado pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) da Câmara dos Deputados, busca eliminar essa insegurança jurídica.

E COM RELAÇÃO À DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS?

TCCCD: As políticas voltadas aos indígenas são importantes para atenderem as suas especificidades culturais e lhes proporcionarem dignidade. No entanto, elas não podem servir para a transgressão do Estado de direito e a violação dos direitos fundamentais de outros humanos. Se as áreas invadidas forem reconhecidas como indígenas, isso será dito ao final de um processo, com a edição de um Decreto Presidencial. Portanto, é o Estado quem deverá fazer a "desintrusão" dos proprietários, não sendo tolerável a "retomada" feita pela força, mediante violência, como acontece.

Os agricultores ocupantes da terra com boa intenção, assentados pelo próprio Governo, compradores de terras com escrituras públicas, devem receber a indenização devidamente concedida pelo Governo. Não se trata de "fazendeiros grileiros", mas sim de pessoas de bem, trabalhadores e empregadores rurais, em sua maioria pequenos e médios agricultores, sem condições financeiras de financiar os custos das disputas judiciais para garantirem seus direitos.

A RECENTE PROPOSTA DE COBRAR O PAGAMENTO DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS) DAS EMPRESAS EXPORTADORAS DO AGRONEGÓCIO FAZ PARTE DA SOLUÇÃO OU DO PROBLEMA?

TCCCD: Se essa ideia vingar, com certeza comprometerá a competitividade do setor nos estados produtores. Elevar a contribuição previdenciária sobre a produção rural fundamenta-se em premissas equivocadas, o que poderá causar danos à nossa atividade, que ainda sobrevive à crise que se verifica no País.

A Lei Kandir, ao eliminar o imposto das exportações das *commodities*, tornou o Brasil muito mais competitivo. O contingente de empregados rurais é de somente 0,5% do total do mercado formal de trabalho. No ano passado, enquanto a economia fechava 1,5 milhão de vagas, o setor conseguiu expandir sua força de trabalho em 9.800 trabalhadores. Acreditamos que haverá bom senso e que essa proposta não prosperará. ■

> “ELEVAR A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE A PRODUÇÃO RURAL (...) PODERÁ CAUSAR DANOS À NOSSA ATIVIDADE...”



GUILHERME MARTIMON - DIVULGAÇÃO

FRASES & COMENTÁRIOS

"Defendemos a necessidade de reformas em relação aos procedimentos administrativos de identificação e demarcação de terras, bem como a adoção de políticas que resguardem o direito a propriedade e dificultem invasões, promovendo a segurança jurídica no meio rural."

Trecho do documento entregue por Marcos Montes, deputado federal e presidente da FPA, ao presidente Michel Temer, durante a abertura do Global Agribusiness Forum 2016



FOTO: REPRODUÇÃO

Michel Temer, presidente da República, Marcos Montes, deputado federal e presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), e Blairo Maggi, ministro do MAPA, no encontro na FPA

Devo à agricultura o fato de estar aqui hoje... Meus pais, quando vieram ao Brasil, adquiriram uma pequena propriedade rural em Tietê, e, ao longo do tempo, menino ainda, eu fui tomando contato com as plantações..."

MICHEL TEMER, presidente interino, durante a abertura do Global Agribusiness Forum 2016



FOTO: REPRODUÇÃO

Cremos firmemente na recuperação de nossa nação e temos esperança em dias melhores. Até porque o ato de lançar uma semente ao solo ou de fertilizar um animal, por si só, já é um grande ato de amor, fé e esperança."

ROBERTO SIMÕES, presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Sistema FAEMG), na comemoração do 65º aniversário da entidade

"Tentamos vender a ideia de o produtor brasileiro ficar fidelizado à agroindústria e exportar o excedente. E de que a agroindústria, por sua vez, valorize e estimule o produtor a produzir."

FRANCISCO TURRA, presidente da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), nas visitas para estimular o plantio de milho na safra 2016/17, para reduzir a sua escassez interna

"Se não tivesse o agronegócio, o Brasil poderia ter estado em uma crise até mais profunda. Nessa fase de recuperação da economia, é fundamental o crescimento da produção deste setor."

GUSTAVO LOYOLA, ex-presidente do Banco Central, durante o lançamento do 11º Circuito Aprosoja Mato Grosso

"Apoiamos a proposta de criação do Plano Plurianual Agrícola e defendemos o aprimoramento da política de negociação e contratação de seguro rural, de modo a universalizar o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR)."

JOSÉ ROBERTO RICKEN, presidente da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Ocepar)

"Taxar o único setor que está indo bem no País é um tiro no pé e um erro primitivo."

IBIAPABA NETTO, diretor executivo da Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos (CitrusBR), sobre a proposta de taxar as empresas exportadoras do agronegócio a fim de cobrir o déficit da previdência no setor rural

EM BANHO-MARIA

ROGÉRIO MORI
Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP)

OS PRIMEIROS passos do governo Temer em termos de política econômica foram na direção de sinalizar minimamente o resgate da credibilidade dela no controle da inflação, diminuir o descontrole das contas públicas e evitar intervencionismos excessivos do Estado em determinadas áreas da economia brasileira.

Analisando esse fenômeno a partir de um espectro que já remonta a alguns meses, pode-se dizer que o governo, ainda que de forma interina, foi bem-sucedido em restabelecer alguma credibilidade em termos da condução da política econômica. A guinada de 180 ° em termos do que vinha sendo praticado no governo Dilma no que se refere à condução da economia brasileira foi fundamental nesse processo.

Note-se que os problemas econômicos que estavam presentes no governo Dilma foram herdados pelo governo Temer e ainda são verificados na nossa economia. Nesse sentido, as contas públicas seguem deficitárias, e tudo indica que, neste ano, o resultado primário apresentará um saldo significativamente negativo. Ao mesmo tempo, a inflação ainda segue elevada, com o resultado acumulado em doze meses ainda em torno de 10%. A recessão econômica ainda persiste na nossa economia, com o PIB devendo registrar nova queda em 2016, em torno de 4%. O desemprego segue em alta, registrando patamares bem mais elevados do que no ano passado.

Apesar disso, existem indicações de que a confiança de consumidores e empresários tem aumentado recentemente. Este fenômeno tem sido destacado em sondagens realizadas por diferentes institutos de pesquisa nos últimos meses.

A recuperação da confiança em um ambiente econômico delicado como o atual ocorre, claramente, em função das mudanças de orientação em termos de política econômica do governo atual. Embora as questões não estejam inteiramente equacionadas, o sentido do ajuste na economia e a prática de uma política econômica minimamente mais responsável têm contribuído para reverter as expectativas quanto ao futuro da economia brasileira.

Outro aspecto que tem contribuído para melhorar a confiança diz respeito ao restabelecimento das relações do governo junto ao Congresso Nacional. Nesse sentido, o governo Temer conseguiu avançar algumas questões fundamentais junto à Câmara e ao Senado. Desta forma, pode-se dizer que o Executivo conseguiu estabelecer elos junto ao Congresso que conferiram maior governabilidade.

Do ponto de vista analítico, pode-se dizer que a reorientação da gestão da política econômica, aliada ao restabelecimento das relações do Executivo com o Congresso, permitiu uma reversão no quadro de deterioração das expectativas em torno da economia brasileira. Esse fenômeno, no curto prazo, tem contribuído para consolidar um quadro de que "o pior

ficou para trás". Não sem razão, as projeções para a economia brasileira indicam uma acomodação em termos de atividade econômica e queda da inflação.

O sucesso no curto prazo, no entanto, tem se limitado a ações no escopo mais conjuntural. Em outras palavras, até o momento não foram procedidas mudanças estruturais importantes na economia brasileira. Nesse sentido, elementos como a reforma da previdência, a reforma tributária, a reforma trabalhista etc., embora tenham entrado no radar do governo, ainda não apresentaram avanços concretos. Ao que tudo indica, o governo Temer ainda aguarda a consolidação do processo de *impeachment* e deixar de ser um governo interino para colocar, de fato, essas questões em pauta.

Nesse sentido, os agentes econômicos, aparentemente, deram um voto de confiança ao governo Temer neste momento, o que tem se traduzido em um aumento da confiança em termos das perspectivas da economia brasileira. Apesar disso, as questões de médio e longo prazos ainda não foram equacionadas – longe disso. Obviamente, espera-se que o governo encaminhe de forma adequada estas questões mais adiante. Isso significa que o bem-estar proporcionado no curto prazo pode esvair-se no médio e no longo prazos se nada for feito. Desta forma, espera-se que o governo Temer avance nestes pontos nos próximos meses. Caso contrário, corre sério risco de enfrentar um cenário de deterioração das expectativas mais adiante. ■



SHUTTERSTOCK

AGRODROPS

CORRESPONDÊNCIAS PARA ESTA SEÇÃO DEVEM SER ENVIADAS
PARA O E-MAIL AGRODROPS@AGROANALYSIS.COM.BR



COMÉRCIO MUNDIAL DO AGRO

Com um conjunto de mudanças e melhoramentos nas transações internacionais, a União Europeia (UE) deu um salto significativo nas suas importações e exportações do agro. Ao longo de uma década, conseguiu duplicar de valor. A aplicação de políticas comerciais, como a execução de novos acordos bilaterais e as eliminações de barreiras sanitárias e comerciais, abriu novas oportunidades aos europeus. Em 2015, as exportações dos 28 países do bloco somaram US$ 142 bilhões, com superávit de US$ 18 bilhões. Com isso, os europeus assumiram a liderança mundial nas vendas de produtos agropecuários, passando os Estados Unidos.

Esse setor movimenta US$ 451 bilhões e emprega 7,5% da mão de obra no bloco.

PECUÁRIA SUSTENTÁVEL

Levantamento do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) mostra que, de 2005 a 2009, o Brasil registrou uma queda de 36% na taxa de desflorestamento da porção nacional da Amazônia. Apesar deste progresso, de 1990 a 2015, houve uma redução de quase 55 mil hectares no tamanho de suas florestas; daí a necessidade de fomentar a produção sustentável. Em mercados onde a importação de carne bovina brasileira está consolidada, a sustentabilidade na produção não é mais custo, mas sim atributo comercial para vender. Para Fernando Sampaio, diretor executivo da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec), "desvincular as questões de desmatamento e trabalho escravo é uma ferramenta importante para ganho de *market share*".

MAIS BIODIESEL NO DIESEL

A Lei nº 13.263, sancionada em 23 de março de 2016, elevou a mistura de biodiesel ao diesel vendido ao consumidor para 8% em 2017, 9% em 2018, 10% em 2019 e 15% nos anos seguintes. Mais recentemente, o Ministério de Minas e Energia (MME) criou um Grupo de Trabalho (GT), composto pelo governo e por representantes do setor privado, para desenvolver as ações necessárias para fazer os testes e validar a mudança na mistura. O GT tem até 23 de março de 2017 para concluir os testes relacionados ao aumento do percentual para 10% e até 23 de março de 2019 para os estudos relativos à adição de 15% de biodiesel no diesel.



SHUTTERSTOCK

SOBREVIVÊNCIA DO SEGURO RURAL

As apólices subvencionadas para 2016 do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) estão previstas em até R$ 400 milhões, beneficiando 80 mil produtores. Em 2015, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) comprometeu-se com o equivalente a R$ 577,4 milhões em subvenção. Deste valor, cerca de R$ 200 milhões que haviam sido inscritos em restos a pagar foram quitados com as seguradoras em julho passado. Agora, as pressões dos produtores voltam-se para a execução do Programa em 2016, com o recebimento das operações já contratadas, principalmente as da safra de inverno, como trigo e milho. O MAPA criou um Grupo de Trabalho para desenvolver propostas de ajustes ao atual modelo de seguro rural.

IMPACTO DO BREXIT PARA O AGRONEGÓCIO



A separação do Reino Unido da União Europeia mexe com o agronegócio brasileiro. Com pequena produção nesse setor, a posição dos ingleses é mais liberal nas importações de alimentos do que a dos demais países do bloco. Em 2015, as exportações brasileiras para o mercado inglês alcançaram US$ 2,9 bilhões, um quarto a menos do apresentado em 2014.

Já a exportação do agronegócio nacional para o Reino Unido somou US$ 975 milhões no ano passado, 8% a menos do que o US$ 1,06 bilhão de 2014.

Os principais itens da balança comercial brasileira com o Reino Unido são carnes, soja, café e frutas. A carne representa 40% das exportações, enquanto a soja e derivados ficam com 15%. Como o Reino Unido, na condição de não membro da União Europeia, terá de pagar taxas maiores nas importações, o produto brasileiro ganha competitividade.

CRESCE USO DE ENERGIA RENOVÁVEL

A oferta interna de energia brasileira – energia necessária para movimentar a economia – deverá ficar, no ano de 2016, em mais de 293 milhões de toneladas equivalentes de petróleo (tep), contra 299,2, em 2015. Nestes dois anos, a participação da energia renovável cresceu de 41,2% para 43,5%. Este indicador faz da matriz energética brasileira uma das mais limpas do mundo. Os dados são do Ministério de Minas e Energia (MME).

BRASIL: PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS FONTES ENERGÉTICAS
(EM TONELADAS EQUIVALENTES DE PETRÓLEO)

FONTE ENERGÉTICA	2015 (part. %)	2016 (part. %)
Produtos da cana	16,9	17,6
Lenha e carvão vegetal	8,2	8,2
Hidráulica	11,3	12,5
Urânio	1,3	1,4
Carvão mineral	5,9	5,4
Gás natural	13,7	11,9
Petróleo	37,3	37,2
Outras	5,4	5,8
Total	100,0	100,0

Fonte: MME

ACESSO AO CADASTRO AMBIENTAL RURAL (CAR)



O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Blairo Maggi, conversou com os integrantes do Projeto Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura – um movimento multissetorial da sociedade civil brasileira. Na pauta das negociações, a discussão foca, em particular, o Código Florestal e a agricultura de baixo carbono.

O grupo solicita ao ministro maior acesso aos dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR) para estimular os agricultores em dia com a legislação a preservarem e recuperarem a vegetação nativa.

PROMOÇÃO MUNDIAL DO AGRONEGÓCIO

O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Blairo Maggi, autorizou a publicação do acordo de cooperação técnica com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil). Com três eixos de atuação – eventos de promoção comercial e imagem, atração de investimentos e inteligência comercial –, o plano está orçado em R$ 12,4 milhões, sendo 30% do MAPA e 70% da Apex-Brasil, com prazo de execução de dois anos. A meta é aumentar a participação do agronegócio brasileiro de 7% para 10% no comércio mundial, estimado no valor de US$ 1,17 trilhão em 2015.



SHUTTERSTOCK

PULVERIZAÇÃO EM ÁREAS URBANAS

A Lei nº 13.301/16 autorizou a pulverização aérea de inseticidas para o controle do mosquito *Aedes aegypti* em áreas urbanas. A iniciativa é resultado de sugestão do Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola (Sindag) como medida de controle do inseto vetor de doenças como dengue, chicungunya e zika. O texto aprovado permite a incorporação de mecanismos de controle vetorial por meio de dispersão por aeronaves mediante aprovação das autoridades sanitárias e da comprovação científica da eficácia da medida. A medida autoriza outras ações de combate ao mosquito transmissor, como, por exemplo, a entrada "forçada" em imóveis para a eliminação de focos em três casos: quando há sinais visíveis de abandono; após duas visitas sem a possibilidade de localizar um responsável que conceda a entrada no local; ou quando houver uma recusa expressa em permitir a vistoria do agente público.

APOIO AOS BIOCOMBUSTÍVEIS RENOVÁVEIS

A proposta da Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (EPA, na sigla em inglês) prevê uma quantidade de consumo de 750 milhões de etanol avançado para 2017. Nos últimos quatro anos, cerca de 4,5 bilhões de litros de etanol brasileiro encheram os tanques dos carros norte-americanos: a média anual foi de 1,125 bilhão de litros. Como o etanol de cana é considerado combustível avançado, a União da Indústria da Cana-de-Açúcar (UNICA) solicita à EPA medidas para aumentar a importação de biocombustíveis renováveis de baixo carbono.

A Revista ***Agroanalysis*** lamenta o falecimento do seu colaborador jornalista Paulo Sérgio Roque, ocorrido no dia 22 de julho, aos 64 anos. Natural da pequena cidade de Bicas, próximo a Juiz de Fora, no interior mineiro, formou-se em Comunicação Social – Jornalismo, pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

Paulo Roque iniciou sua carreira de jornalista na cidade do Rio de Janeiro, no jornal Última Hora. Foi redator e repórter da revista Agricultura de Hoje (Bloch Editores). Retornou ao jornalismo diário na editoria internacional do jornal Tribuna da Imprensa. Depois, assumiu o cargo de editor da revista Agricultura de Hoje, quando criou o projeto editorial da revista Manchete Rural, da qual foi diretor de redação.

No final de 1998, veio para São Paulo e criou o projeto editorial da revista Panorama Rural, veículo oficial do Sistema Agrishow, uma das maiores feiras de tecnologia agropecuária do mundo. Também editou a revista Terraviva.

Fez o projeto editorial e, junto com uma equipe de mais dois jornalistas, escreveu o livro "20 Anos de Agrishow". Também escreveu o livro "A Colonização do Cerrado – Savanas e Celeiro do Mundo".

De 2011 a 2012, Paulo também emprestou sua *expertise* ao Grupo Publique, participando das revistas Gir Leiteiro, AgroRevenda e Agro Guia da Folha de São Paulo.



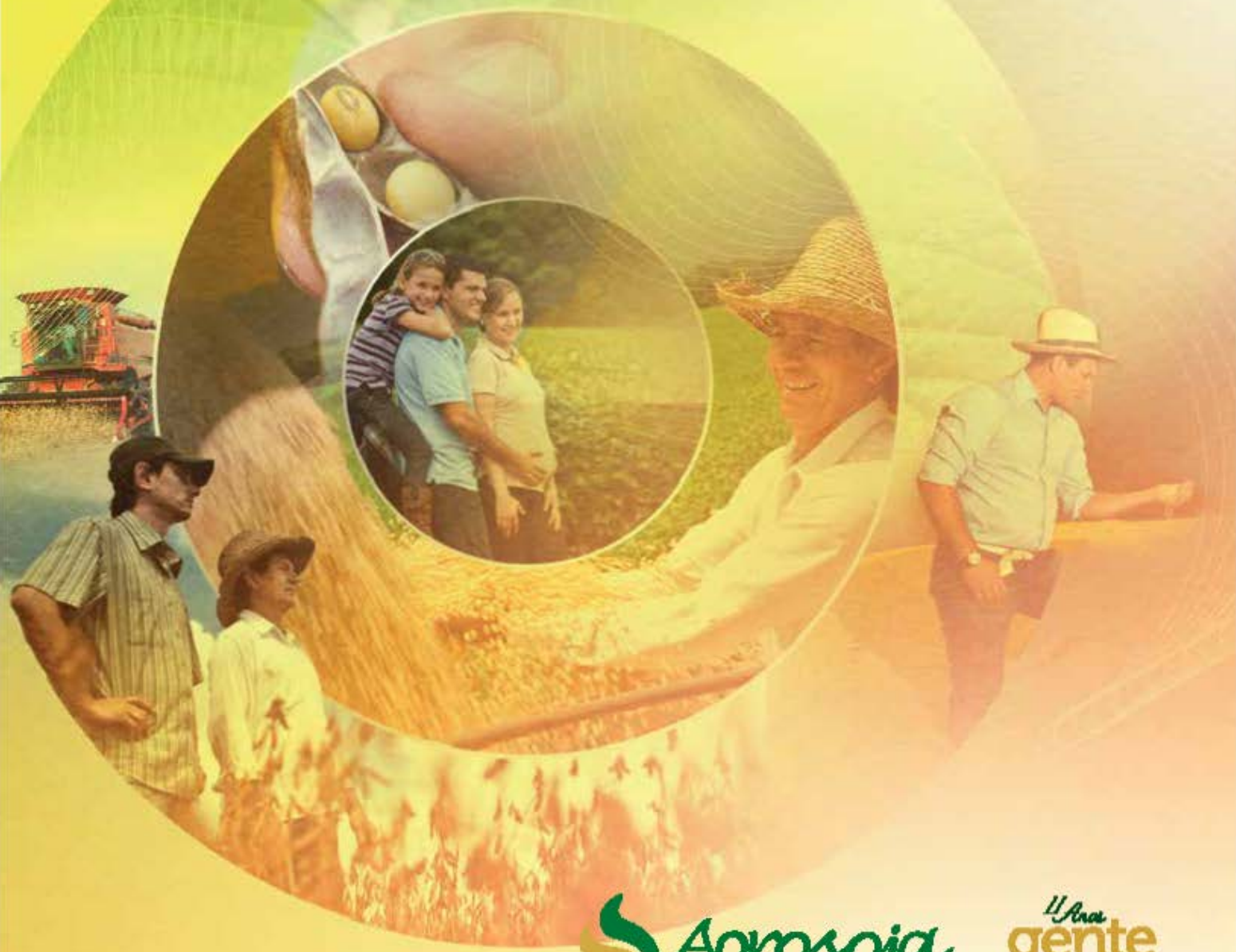
Recentemente, Paulo Roque era colaborador da revista ***Agroanalysis***, além das publicações da Sociedade Nacional de Agricultura – SNA (revistas Animal Business Brasil, A Lavoura e Boletim SNA News).

Em quarenta anos dedicados ao agronegócio, tornou-se um dos jornalistas mais conhecidos e respeitados do setor. Querido por muitos profissionais, Paulo Roque fez uma legião de amigos e cativou a todos com seu jeito mineiro de ser. Sempre muito atencioso, foi o mentor de muitos jornalistas que hoje atuam em publicações do agronegócio.

Deixamos nossas condolências à família e aos amigos pela perda de Paulo Roque.

aprosoja.com.br /aprosojamt

Nossa vida é acreditar que todo esforço vale a pena. É cuidar da terra como quem cuida da família.



Aprosoja MATO GROSSO

11 Anos gente que faz acontecer

CÂMBIO

COMO O DÓLAR DEVE AFETAR OS RESULTADOS DO AGRO?

FELIPPE SERIGATI
Doutor em Economia pela Escola de Economia de São Paulo (FGV-EESP), professor e pesquisador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro) – felippe.serigati@fgv.br

ROBERTA POSSAMAI
Economista pela Universidade de São Paulo (USP) e aluna do Mestrado Profissional em Agronegócio da FGV (MPAgro) – roberta.possamai@gvmail.br

HÁ UM ditado popular entre os analistas econômicos de que Deus criou a taxa de câmbio para humilhar os economistas. Apesar da importância desta variável para a economia, prever seu comportamento continua sendo um árduo desafio. Embora a taxa de câmbio condicione o retorno econômico de diversos setores, para o universo agro a importância desta variável é ainda maior; ela influencia, simultaneamente, tanto os custos de produção do setor, quanto a quantidade vendida e o preço recebido. Com as mudanças recentes nos cenários interno e externo, a expectativa para o final do ano é de que o preço do dólar estará menor do que o esperado.

Combinando uma maior possibilidade de trajetória moderada do dólar com a variação das projeções do preço das *commodities* para a safra 2016/17, a variação entre preços mínimos e máximos em reais para algodão, milho, soja e trigo pode chegar a 50%! Assim, uma solução razoável seria garantir o custo da produção com a venda antecipada de parte da produção, para entrega futura. Mas, muito cuidado com as contas.

TAXA DE CÂMBIO: PREÇO FUNDAMENTAL PARA O UNIVERSO AGRO

A taxa de câmbio condiciona o retorno das atividades no setor agropecuário por meio de dois canais principais:

- Via custos de produção: parte significativa dos insumos de produção do universo agro tem seu custo associado a algum preço internacional. Desta forma, variações na taxa de câmbio afetam diretamente os custos de produção de diversas cadeias agrícolas.

- Via receita obtida pelos produtores: caso o bem produzido seja exportado ou tenha seu preço fortemente associado à sua cotação no mercado internacional, a taxa de câmbio também contribuirá para determinar a receita que os produtores obterão, seja tornando o produto nacional mais competitivo no mercado internacional, seja influenciando o preço recebido.

Desde 2005, a taxa de câmbio tem se comportado como uma espécie de *hedge* natural para as cotações das *commodities* agrícolas: quando as cotações caem, representado uma perda para o universo agro, o dólar desvaloriza, compensando ao menos parte da contração da receita, e vice-versa. Por trás desse movimento conjunto, está o fato de que tanto as moedas de países emergentes quanto as *commodities* agropecuárias têm sido tratadas como ativos financeiros e têm respondido de maneira análoga aos estímulos monetários dos principais Bancos Centrais do mundo.

Essa dinâmica pode ser claramente observada nos últimos três anos. Entre janeiro de 2014 e janeiro de 2016, enquanto as cotações de diversas *commodities* agrícolas sofreram fortes contrações no mercado internacional (milho, algodão, soja, açúcar e trigo), seus preços no mercado brasileiro registraram alta ou leve contração (como no caso do trigo). Por trás dessa dinâmica, há a forte desvalorização do real (66,7%, no período).

Dada essa dinâmica, não pode ser surpresa para ninguém que algo semelhante, porém em direção oposta, tenha ocorrido neste ano. Enquanto a cotação de algumas *commodities* tem registrado recuperação no mercado internacional, os preços no mercado doméstico têm apresentado avanços mais modestos (soja e açúcar), influenciados pela valorização de 20% do real frente ao dólar. Devido a fatores climáticos, os preços do milho, do algodão e do trigo avançaram novamente acima do preço internacional.

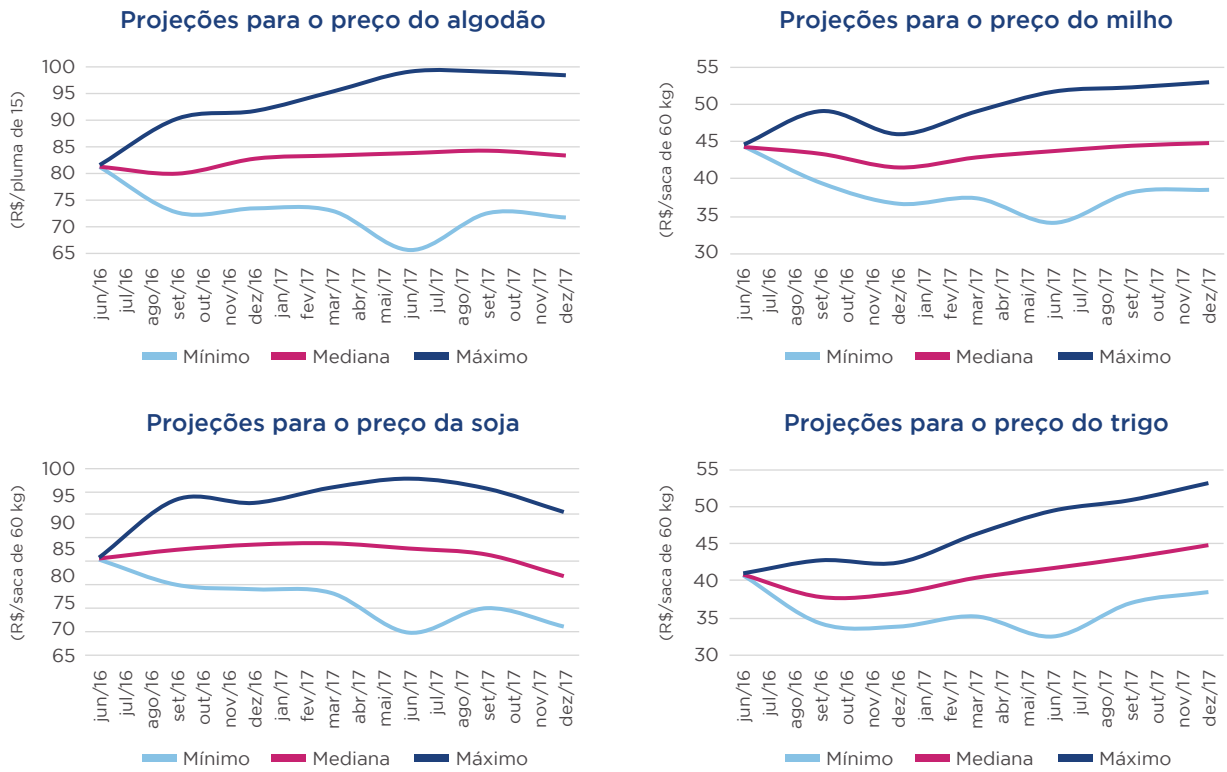
COMO O CÂMBIO PODE AFETAR OS RESULTADOS NO AGRO?

Em linhas gerais, um ambiente em que o real apresenta uma trajetória de desvalorização frente ao dólar tende a ser favorável para os produtores. Nessa situação, os produtores adquirem seus insumos com um dólar mais barato do que aquele que encontrarão no momento em que colocarem sua produção no mercado. Essa combinação implica uma receita maior em reais.

De acordo com as projeções da Pesquisa Focus do Banco Central, é justamente essa tendência que o mercado está projetando para os próximos meses: a mediana destas projeções sugere uma taxa de câmbio de R$ 3,30/US$ no final de setembro, passando por R$ 3,39/US$ no final do ano e chegando a R$ 3,47/US$ no final de junho de 2017. É importante ressaltar que estes números são projeções, que a incerteza ainda é muito grande e que, por fim, o cenário pode mudar rapidamente.

Para exemplificar como tanto a taxa de câmbio quanto a incerteza associada a ela influenciam os resultados do setor, foi preparado o seguinte exercício: qual deve ser a trajetória da média dos

PROJEÇÕES DE PREÇOS AGRÍCOLAS: EXERCÍCIO A PARTIR DAS PROJEÇÕES DO FMI E DA PESQUISA FOCUS DO BANCO CENTRAL



Fonte: FMI; Banco Central do Brasil

preços de algodão, milho, soja e trigo no Brasil assumindo, de um lado, as projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI) para os preços internacionais desses produtos e, de outro, as projeções da Pesquisa Focus do Banco Central para a taxa de câmbio?

Nesse contexto, as médias de preços desses produtos no Brasil podem flutuar, no final desta safra: entre R$ 65,43 e R$ 99,35 a pluma (15 kg) do algodão; entre R$ 34,09 e R$ 51,76 a saca (60 kg) do milho; entre R$ 64,51 e R$ 97,96 a saca (60 kg) da soja; e entre R$ 32,52 e R$ 49,39 a saca (60 kg) do trigo. Naturalmente, estes resultados não incorporam qualquer mudança no mercado doméstico para estas culturas, assumindo apenas a contribuição do setor externo para a formação dos preços locais.

POR QUE A TAXA DE CÂMBIO TEM CAÍDO AO LONGO DO ANO?

O dólar no mercado cambial brasileiro tem ficado cada vez mais barato. Embora tenha operado por um tempo acima de R$ 4,00 no início do ano; em julho, a moeda norte-americana chegou a ser vendida entre R$ 3,20 e R$ 3,30. Se a economia brasileira ainda está em crise e não tratou qualquer um dos seus grandes desafios econômicos, por que a taxa de câmbio está caindo?

Há diversos fatores, tanto internos, quanto externos, explicando a queda da taxa de câmbio aqui no Brasil. Em síntese, parece que, enquanto a situação brasileira melhora, a situação da economia mundial tem se deteriorado. De forma mais detalhada, internamente:

- Houve mudança no comando do governo e na condução da política econômica, assumindo um grupo que tem demonstrado maior disposição para fazer as reformas necessárias e maior poder político para negociá-las junto aos representantes da sociedade no Congresso.

- Diversos indicadores sugerem que o pior momento da crise econômica pode ter ficado para trás, como o aumento da confiança dos consumidores e dos empresários, a estabilização da produção industrial, a desaceleração da inflação, a perspectiva de queda da taxa de juros, a redução do nível de endividamento das famílias etc.

- Com a decisão do novo presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, de permitir maior flutuação da taxa de câmbio, o mercado passou a testar qual seria o novo piso, a partir do qual o Banco Central passaria a fazer alguma intervenção.

Enquanto a situação melhora (ou para de piorar) no Brasil, há sinais de que as incertezas aumentam no resto do mundo:

- Ainda não estão claras as consequências políticas e econômicas da decisão da população britânica em deixar a União Europeia;

- Ainda não está claro o que pode acontecer com a economia norte-americana caso Donald Trump, o candidato republicano, vença as eleições presidenciais dos Estados Unidos;

- O Banco Central dos Estados Unidos (Federal Reserve – Fed) deu diversos sinais de que haverá, no máximo, apenas mais uma elevação da taxa de juros norte-americana neste ano; no início do ano, o mercado imaginava até quatro elevações, uma por trimestre;

- As turbulências políticas pelo mundo, como os ataques terroristas na França ou a tentativa de golpe na Turquia, sugerem que os eventos inesperados podem ocorrer com frequência maior do que inicialmente imaginado.

Enfim, nos últimos meses, conforme o risco tem diminuído aqui no Brasil e aumentado lá fora, é razoável que a taxa de câmbio tenha seguido uma trajetória de queda. ■

EDUCAÇÃO

SEU PAPEL NO AGRONEGÓCIO

PLINIO M. NASTARI

Presidente da DATAGRO Consultoria, tendo sido responsável pelos estudos econômicos que deram suporte aos contenciosos de açúcar, bananas e pneus na Organização Mundial do Comércio (OMC)

O AGRONEGÓCIO é reconhecido como uma das mais eficientes alavancas de promoção de desenvolvimento econômico. Para o Brasil, em particular, que tem abundância em terras férteis e mão de obra capacitada na agricultura, mas tem escassez de capital, o agronegócio é setor econômico-chave para o crescimento e o desenvolvimento econômico e social. O efeito multiplicador da renda gerada neste setor é estimado em doze a quatorze vezes, tendo sido responsável pelo surgimento de vários polos regionais de desenvolvimento. É com esse pano de fundo que, num mundo cada vez mais competitivo e de informações integradas, a educação do produtor e do consumidor passou a ser o grande instrumento para facilitar o acesso a mercados, garantir a geração de valor, atender exigências cada vez mais intensas e específicas dos consumidores e aumentar sua capacidade de atribuir e discriminar valor para os produtos disponíveis no mercado.

A educação do produtor passou a ser fundamental para disseminar tecnologias mais avançadas e modernas de produção e evitar ou corrigir desvios e problemas causados pelo clima ou pelo uso de práticas inadequadas. Também se mostra fundamental para capacitá-lo a atender padrões mais exigentes na geração, no armazenamento e no transporte de produtos agrícolas e, no limite, permitir a intensificação de práticas voltadas ao uso sustentável de recursos naturais finitos, como a fertilidade dos solos, a água, a preservação da biodiversidade, a rastreabilidade, a denominação de origem e padrões avançados de sanidades vegetal e animal.

Existem vários exemplos nos mercados de leite, café, açúcar, cereais, soja, milho, produção de carnes branca e vermelha em que a produção gerada segundo critérios considerados avançados permite ao produtor ter acesso a preços mais altos e assegurar demanda garantida para a sua produção. Um exemplo é o caso do leite produzido para o abastecimento de plantas de leite em pó, em que o produtor que atende aos quesitos de qualidade e sanidade recebe prêmio de 40% a 50% sobre aquele auferido no mercado convencional.

A educação do produtor começa pela base. É preciso formar um contingente cada vez maior de mão de obra capaz de entender novas práticas e aplicar novas tecnologias disponibilizadas num ritmo crescente por um grande contingente de pesquisadores, universidades e institutos de pesquisa públicos e privados. Grandes empresas globais investem um percentual elevado, muitas vezes superior a 10%, de seu faturamento no desenvolvimento de novas tecnologias. É esse processo que tem permitido a contínua evolução da produtividade agrícola. No meio-oeste dos Estados Unidos, desde a década de 1940, a produtividade do milho cresceu de cerca de 40 *bushels* por acre para os atuais 173 *bushels* por acre[1]. O Brasil está no mesmo caminho, com a vantagem de poder produzir duas safras por ano – soja e milho. Estar preparado para absorver essas evoluções tecnológicas faz toda a diferença para a sobrevivência num mercado competitivo.

Iniciativas voltadas à formação de mão de obra para a agricultura são raras, apesar de muito relevantes e de grande impacto econômico e social. Por esse motivo, deve ser reconhecido o meritório, e silencioso, trabalho realizado há décadas por iniciativas como a da Fundação Bradesco na Escola de Bodoquena, em Miranda, no Mato Grosso do Sul, e na Ilha do Bananal, no Tocantins.

Um outro vetor igualmente relevante da educação no agronegócio é aquele voltado ao consumidor, para que possa reconhecer a diferenciação e valorizar adequadamente o produto que é colocado à sua disposição. Um grão de soja ou de milho embute uma carga tecnológica muito grande. Ainda são poucos os consumidores que reconhecem que o etanol hidratado produzido a partir da cana no Brasil, considerado avançado no exterior e distribuído numa rede de postos de revenda de abrangência continental no Brasil, é uma das opções de combustível para mobilidade mais modernas e ambientalmente sustentáveis dentre as desenvolvidas em todo o mundo – mais avançada até do que a dos carros elétricos, quando se avalia a origem da eletricidade para estes, muitas vezes advinda da queima de combustível fóssil.

Na primeira semana de julho, foi realizada em São Paulo mais uma edição do Global Agribusiness Forum, evento que discutiu novos rumos e o futuro da agropecuária e do agronegócio em escala global. Um de seus temas centrais foi a importância da educação do produtor e do consumidor para a geração e o reconhecimento de valor nos diferentes elos da cadeia do agronegócio. Essa será uma das mais importantes alavancas de expansão e acesso a mercados de produtos agrícolas em todo o mundo. ■

1 Um *bushel* de milho equivale a 56 libras, ou 25,40 kg. Uma saca de milho pesa 60 kg, ou 2,36210 *bushels*. Cada *bushel*/acre equivale a 62,77 kg/ha. 173 *bushels* por acre equivalem a 10,86 toneladas métricas por hectare, ou 181 sacas de 60 kg por hectare.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA AGREGAÇÃO DE VALOR

Na era da informação, os consumidores estão cada vez mais interessados em reconhecer, e valorizar, o conhecimento sobre a origem, a prática empregada na geração primária e sua transformação, até sua disponibilização na gôndola. Ferramentas como códigos de barra e *QR codes* têm sido usadas de forma crescente para transmitir esse tipo de informação ou atributos. Desenvolveu-se, assim, um novo mercado de informação e discriminação de produtos, com uma enorme capacidade de gerar novos empregos de qualidade e novas formas de criar valor. Mas, para que isso funcione, é preciso informar o consumidor, para que valorize o produto que atende a critérios que considere superiores.



SHUTTERSTOCK

BALANÇO DA PRODUÇÃO

MILHO E SOJA COM AS MAIORES ALTAS

RAFAEL RIBEIRO DE LIMA FILHO
Zootecnista da Scot Consultoria

ALEX SANTOS LOPES DA SILVA
Zootecnista da Scot Consultoria

GUSTAVO ADOLPHO MARANHÃO AGUIAR
Zootecnista da Scot Consultoria

NO BALANÇO do primeiro semestre de 2016, os grãos brilharam dentre os principais produtos agrícolas e pecuários. O milho teve a maior valorização no mercado brasileiro. Foi um resultado inusitado. Considerando a região de Campinas, em São Paulo, o preço da saca de 60 quilos subiu 91,8%, frente ao mesmo período do ano passado. Logo na sequência, apareceu a soja, com alta de 25,2% no semestre.

Além de pesarem nos custos de produção da pecuária, o milho e a soja valorizados puxaram para cima os preços dos alimentos alternativos, como o sorgo e a polpa cítrica, entre os energéticos, e o farelo e o caroço de algodão, entre as fontes proteicas.

MILHO

A menor disponibilidade na temporada 2015/16 foi o principal motivo da alta de preços do cereal no mercado interno. As causas foram as exportações brasileiras aquecidas a partir do segundo semestre do ano passado e a menor produção na primeira e na segunda safras.

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) estima que, ao final da safra 2015/16, os estoques no Brasil sejam de 4,47 milhões de toneladas de milho, frente aos 10,51 milhões de toneladas estocadas na safra passada. O estoque atual é o menor desde 2011/12.

Desde o final do primeiro semestre, a pressão de alta perdeu força no mercado interno, com o avanço da colheita da segunda safra no País. Do lado comprador, também diminuiu a pressão. Para o curto e o médio prazos, espera-se o desaquecimento do mercado, mas o patamar médio de preço em 2016 deverá ficar bem acima do registrado em 2015.

SOJA

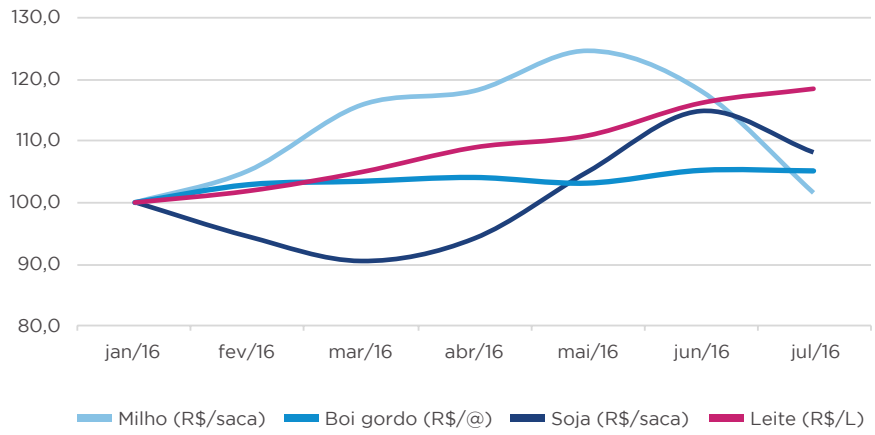
As revisões para baixo da produção na América do Sul (2015/16) e a demanda mundial firme tanto por soja grão como por farelo de soja deram sus-

PREÇOS MÉDIOS DOS PRODUTOS AGRÍCOLAS E PECUÁRIOS À VISTA NO PRIMEIRO SEMESTRE

PRODUTOS	Unidade	2015	2016	Var. (%)
Milho grão[1]	R$/saca	24,47	46,94	91,8%
Soja grão[2]	R$/saca	66,33	83,06	25,2%
Boi gordo[3]	R$/@	147,13	154,60	5,1%
Leite[4]	R$/L	0,91	1,03	12,9%

1 Campinas-SP; 2 Paranaguá-PR; 3 Barretos-SP; 4 Média nacional
Fonte: Scot Consultoria

VARIAÇÕES MENSAIS DOS PREÇOS DE MILHO, SOJA, BOI GORDO E LEITE NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2016
(BASE 100 = JANEIRO DE 2016)



Fonte: Scot Consultoria

tentação às cotações na primeira metade do ano. O dólar em alta ao longo do primeiro semestre – e que, a partir de junho, recuou em relação ao real – colaborou para a valorização dos preços em reais.

Para os próximos meses, a demanda mundial e as questões climáticas, com seus impactos no desenvolvimento da safra norte-americana, devem ditar o rumo do mercado. Do lado da oferta, a disponibilidade está pequena, tanto nos Estados Unidos, que estão com as lavouras em desenvolvimento, como no Brasil, que se prepara para o plantio da safra seguinte. Esse é um fator limitante para quedas nos preços.

BOI GORDO

A baixa disponibilidade de boiadas, com a consequente dificuldade de alongamento das escalas de abate dos frigoríficos, vem sendo o principal fator que colabora com a sustentação do mercado. Isso ainda é consequência da elevada participação de fêmeas nos abates de 2011 a 2013. Por outro lado, a situação econômica vigente no País vem sendo um fator limitante para a valorização dos preços da carne ao consumidor.

Com a alta da arroba do boi gordo e a queda no preço da carne, a margem de comercialização dos frigoríficos permaneceu, a maior parte do tempo do primeiro semestre, abaixo da média histórica. A margem de 12,3%, dos frigoríficos que desossam, está 8% abaixo da média histórica, que gira em torno de 20,5%. Para a indústria que vende a carne com osso, a situação está pior: a margem está em 2,9%, ou 12% abaixo da média. A oferta de bovinos terminados deverá continuar baixa, sustentando o preço da arroba neste segundo semestre.

LEITE

A produção nacional em queda e a forte concorrência entre os laticínios foram os principais fatores de alta do preço do leite ao produtor no primeiro semestre de 2016. Esse quadro é resultado do menor investimento por parte do produtor na atividade, por causa dos altos custos de produção e da redução das margens da atividade desde meados de 2015. Problemas climáticos em algumas regiões produtoras agravaram o cenário de queda da produção neste ano.

A preocupação, no segundo semestre, é com relação à retomada da produção a partir do bimestre setembro-outubro, que deve pressionar os preços ao produtor para baixo. Pelo lado dos custos de produção, espera-se um alívio para a alimentação concentrada, mas ainda com os insumos cotados em patamares acima dos do ano passado. As margens para o produtor de leite devem seguir apertadas. As importações brasileiras de lácteos em alta também preocupam, já que os produtos importados competem diretamente com os nacionais. ■

MUDANÇAS NA VARIAÇÃO CAMBIAL

IMPACTO NA CAFEICULTURA

GABRIELA MORAES
Graduanda em Administração de Empresas na Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EAESP)

ANTONIO CARLOS ORTIZ
Diretor comercial de Produtores Rurais do Itaú BBA

GUILHERME BELLOTTI DE MELO
Analista sênior de Agronegócio do Itaú BBA

NOS ÚLTIMOS doze meses, a agricultura brasileira viu-se em meio a um grande "sobe e desce" cambial. Em um primeiro momento, houve um período de forte desvalorização na esteira da fragilidade política e econômica brasileira. A taxa de câmbio saltou dos patamares de R$ 3,10/USD, em julho de 2015, para R$ 4,10/USD, em janeiro de 2016 – uma variação de 32%.

Após atingir este pico, o dólar voltou a perder valor frente ao real. A taxa passou a flutuar no intervalo de R$ 3,00/USD a R$ 3,30/USD, com perspectiva de até cair neste segundo semestre. O cenário mudou diante da reversão política com a instalação do governo provisório e a adoção de medidas corretivas pela nova equipe econômica.

Esse quadro de grandes oscilações na taxa de câmbio traz sempre à tona algumas discussões. É o caso, por exemplo, dos impactos que as variações cambiais causam sobre a rentabilidade na produção de *commodities* agrícolas no Brasil. Nesse sentido, com o intuito de ilustrar tais choques, fizemos uma avaliação adotando como exemplo o caso do café.



SHUTTERSTOCK

Para tanto, estimamos a influência das variações na taxa de câmbio sobre os preços do café e os seus custos de fertilizantes e defensivos. Primeiramente, buscamos entender a formação do preço do café. Levamos em consideração a taxa de câmbio, a relação mundial do estoque em relação ao consumo de café e o ciclo bianual da safra nacional (uma colheita de alta seguida de outra de baixa, e vice-versa) nos últimos quinze anos. O resultado mostrou que uma oscilação de 10% do câmbio provoca uma variação, no mesmo sentido, de 6,2% no valor do café negociado em reais.

A segunda etapa do estudo compreendeu a análise do impacto da taxa de câmbio sobre os dois principais componentes do custo de produção que sofrem influência do dólar: os defensivos e os fertilizantes. Ambos representam, juntos, 32% do custo operacional, o que inclui as despesas administrativas e de vendas. O resultado mostrou que o efeito de uma oscilação de 10% do câmbio implica uma variação, no mesmo sentido, de 4,8% e 7,0%, respectivamente, no valor em real dos fertilizantes e dos defensivos.

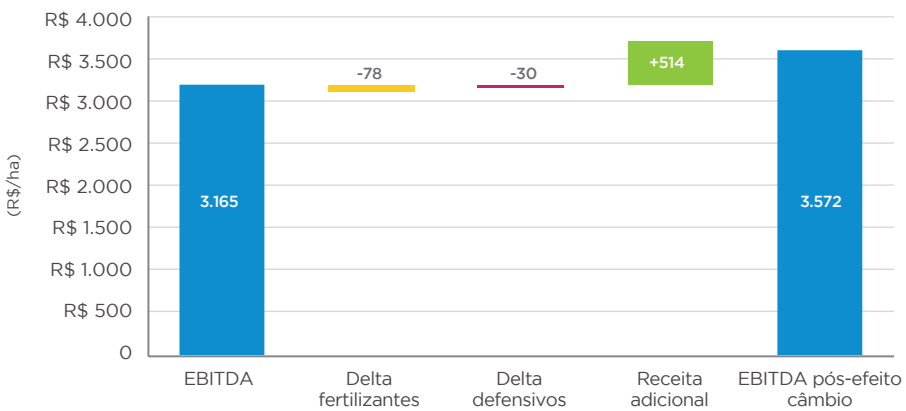
Consideramos que os demais custos de produção e administração permaneceram constantes e adotamos esses percentuais, de 4,8% e 7,0%, para calcular o impacto da oscilação do dólar no preço do café. Com a desvalorização de 6% acumulada desde o fim de julho de 2015 até a primeira semana de julho 2016, quando a colheita da planta se inicia, era de se esperar que as margens operacionais, em EBITDA[1], subissem 12,85% em relação ao que era esperado antes da desvalorização.

A desvalorização do real frente ao dólar influencia, também, o custo financeiro para os produtores que possuem dívidas em dólares. O impacto é maior nos produtores mais endividados e com parcelas a pagar no curto prazo. Como boa prática de gestão empresarial, o seu endividamento deve, no máximo, ser quatro vezes a sua margem operacional (dívida total dividida pelo EBITDA resultando em valor menor do que quatro) e 40% da dívida devem vencer no longo prazo. Dentro destes limites, o impacto da desvalorização do real nos juros (serviço) e nas amortizações da dívida mantém-se saudável.

É válido ressaltar, também, que é preciso haver um planejamento de fluxo de caixa (as entradas e as saídas dos recursos financeiros) da empresa. Nesse sentido, as desvalorizações cambiais são, em geral, benéficas para as margens operacionais dos cafeicultores. Porém, muita atenção deve ser dada aos limites de endividamento e à estrutura da dívida, para que o custo das contas a pagar (passivo) não dilua a competitividade reforçada pela desvalorização do real. ■

1 EBITDA é uma sigla em inglês que, traduzida, significa "Lucro antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações" (LAJIDA).

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DO EBITDA ESPERADO COM A DESVALORIZAÇÃO DO REAL



TRANSPACÍFICO

IMPORTANTE ACORDO GLOBAL PARA O MERCADO AGRÍCOLA

GLAUCO RODRIGUES CARVALHO
Pesquisador da Embrapa Gado de Leite

SAMUEL JOSÉ DE MAGALHÃES OLIVEIRA
Pesquisador da Embrapa Gado de Leite

JULIANA MOTA MONTEIRO DA SILVA
Estudante de Economia da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

O TRANSPACÍFICO é o primeiro grande acordo comercial concluído nos últimos vinte anos, desde o fim da Rodada Uruguai da Organização Mundial do Comércio (OMC). A edição de novembro de 2015 da ***Agroanalysis*** trouxe um artigo sobre o acordo e os possíveis impactos sobre o agronegócio brasileiro. O objetivo aqui é agregar mais algumas informações sobre o acordo com base nos principais dados econômicos do bloco e na participação dele nos mercados de *commodities*.

O acordo foi firmado em outubro de 2015 entre doze países banhados pelo Oceano Pacífico. Pelo lado da oferta, grandes produtores de alimentos – notadamente Estados Unidos, Austrália, Nova Zelândia e Canadá – terão vantagens sobre concorrentes brasileiros em mercados extremamente fechados, como o Japão, e em emergentes com demanda crescente por alimentos, como Vietnã e Malásia, todos partes do acordo. Pelo lado da demanda, tem-se os Estados Unidos como o maior mercado consumidor do Planeta.

Enquanto os países que compõem o novo bloco dão exemplo de assertividade em questões comerciais, é notória a paralisia do Brasil. Há doze anos, o País esteve na liderança de negociações internacionais, com protagonismo na Rodada Doha, na discussão da Área de Livre-Comércio das Américas (ALCA) e no acordo com a União Europeia (UE). Mas, nenhuma das iniciativas foi concretizada, e, atualmente, existem vários acordos bilaterais celebrados ao redor do globo sem a participação brasileira. Cerca de 40% do comércio mundial atual dão-se com bases estabelecidas em acordos bilaterais. É grave e impactante a ausência do Brasil nestas negociações, sobretudo olhando para uma agenda de longo prazo.

Somados, os países signatários do Transpacífico possuem uma renda nacional de US$ 28,9 trilhões, uma população de 810 milhões de habitantes e uma renda *per capita* bruta de US$ 35.718 (equivalente à da UE). Os valores da renda bruta e da renda *per capita* do bloco estão muito acima dos de países importantes como a China e o Brasil, ilustrando a importância deste bloco econômico. Os países que o compõem respondem por cerca de 40% da renda bruta mundial, concentrando 11% da população mundial e uma renda *per capita* três vezes superior à média mundial.

No mercado de *commodities* agrícolas, a participação do Transpacífico é significativa em qualquer comparação, seja de oferta ou demanda. Os países-membros do bloco são bastante ativos no comércio global, com uma participação acima de 30% na exportação e na importação mundial de várias *commodities*. O consumo doméstico é robusto, também, na comparação global, sobretudo em suco de laranja, milho, carne de frango, carne de boi, café e produtos lácteos.

Espera-se que o Transpacífico crie novos mercados para seus países-membros, com a eliminação de tarifas em países como Japão, Brunei, Vietnã,

Malásia e Peru. Um potencial beneficiário desse acordo serão os Estados Unidos, que possuem forte competitividade em vários mercados. Vale ressaltar que, em alguns casos, como nos do Chile, da Austrália, de Singapura e do México, não haverá grandes mudanças em relação ao comércio com os Estados Unidos, pois já existem acordos em andamento.

O Brasil possui participação importante no mercado mundial, seja como produtor ou exportador, para a maioria dos produtos destacados. A assinatura de acordos bilaterais com as nações mais importantes do globo poderia beneficiar, no longo prazo, *commodities* produzidas pelo País, impulsionando o agronegócio e a geração de emprego e renda. Os acordos bilaterais celebrados pelo Brasil restringem-se, basicamente, ao Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a algumas iniciativas associadas a este com Peru, México, Cuba, Índia e Israel. Considerando que grande parte do comércio global se dá via acordos bilaterais, tornam-se necessários um maior esforço de acesso a mercados e a criação de acordos comerciais. No longo prazo, os acordos bilaterais poderão fazer diferença, e uma nação que ocupa posição estratégica no comércio agrícola internacional não pode ignorar essa realidade. ■

INDICADORES PARA BLOCOS ECONÔMICOS E PAÍSES SELECIONADOS
(EM 2014)

PAÍS OU BLOCO	Renda nacional bruta (US$ trilhões)	População (milhões)	Renda *per capita* (USD)
União Europeia	18,2	508	35.718
China	10,1	1.364	7.400
Brasil	2,4	206	11.530
Transpacífico	**28,9**	**810**	**35.718**
Mundo	78,3	7.261	10.787

Fonte: World Bank; adaptado pela Embrapa (2016)

PARTICIPAÇÃO DO TRANSPACÍFICO E DO BRASIL NO MERCADO MUNDIAL DE *COMMODITIES* SELECIONADAS, EM 2015
(VALORES PERCENTUAIS SEGUNDO VOLUME)

COMMODITIES	Transpacífico				Brasil
	Produção	Importação	Exportação	Consumo doméstico	Exportação
Suco de laranja	26,1	34,6	15,6	42,9	75,3
Soja – grão	35,7	8,7	38,7	21,7	43,9
Açúcar	13,7	18,2	10,6	15,2	43,4
Frango	31,4	26,0	32,1	30,7	36,6
Café	23,7	35,9	25,6	29,4	30,7
Soja – farelo	22,5	21,8	16,6	24,0	23,5
Milho	40,5	31,2	39,3	39,4	21,8
Boi	31,0	43,4	42,5	30,6	16,9
Soja – óleo	23,0	11,1	12,6	22,7	11,8
Suíno	17,1	52,7	54,2	16,7	7,9
Lácteos	31,3	31,7	57,1	27,3	0,6

Fonte: USDA; adaptado pela Embrapa (2016)

PLANO AGRÍCOLA E PECUÁRIO DA SAFRA 2016/17

AJUSTES NA DOTAÇÃO DE RECURSOS

DA REDAÇÃO

A QUANTIDADE de crédito rural para o Plano Agrícola e Pecuário (PAP) da safra 2016/17 sofreu mudança. Em maio deste ano, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) havia anunciado R$ 202,88 bilhões para os financiamentos de custeio, investimento e comercialização. Este valor, no entanto, teve um ajuste para baixo, tendo sido reduzido a R$ 185,00 bilhões.

Esta baixa é reflexo do redimensionamento dos recursos captados pelas Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs) para a safra 2016/17 (julho de 2016 a junho de 2017). A quantidade estimada ficou menor em R$ 17,8 bilhões tomando-se como base a safra 2015/16.

Os recursos para a concessão de crédito rural a juros controlados são oriundos da chamada exigibilidade, correspondente a 34% dos depósitos à vista dos agentes financeiros e 74% dos depósitos da poupança rural do Banco do Brasil.

No caso dos recursos captados via as LCAs, 35% devem ser aplicados no agronegócio, sendo 14% a taxa de juros fixos de 12,75% e 26% a taxa de juros livres. A outra parcela, de 65%, pode ser aplicada livremente.

As operações de custeio e comercialização com juros controlados permanecem com dotação de R$ 115,6 bilhões. Os juros foram ajustados sem comprometer a capacidade de pagamento do produtor, com taxas que variam de 9,50% a 12,75% ao ano. Já os juros para agricultores enquadrados no Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (PRONAMP) são de 8,50%. Para os programas de investimento, o governo federal destinou perto de R$ 35 bilhões.

BRASIL: ORÇAMENTO DO CRÉDITO POR ANO-SAFRA
(R$ BILHÕES)

	2014/15	2015/16	2016/17 Valores anunciados em maio	2016/17 Valores ajustados em julho
1. Custeio	112,0	147,5	168,8	150,0
Juros controlados	89,0	94,5	115,8	115,8
Juros livres	23,0	53,0	53,0	34,2
2. Investimentos	44,1	40,2	34,0	35,0
Juros controlados	43,7	33,0	34,0	35,0
Juros livres	0,4	6,8	–	–
Total (1 + 2)	156,1	187,7	202,8	185,0

Fonte: MAPA

INDEXAÇÃO PELA VARIAÇÃO CAMBIAL

Os títulos do agronegócio ganham espaço como fontes alternativas para o financiamento do setor agropecuário do PAP. A quantidade de recurso disponibilizado pelo crédito rural oficial ficou inadequada. Estima-se que o seu montante atenda em torno de 30% das necessidades de crédito do setor agropecuário.

Assim, os produtores rurais buscam mecanismos novos para financiar a sua produção. As alternativas envolvem figuras como as indústrias processadoras, os fornecedores de insumos e as *tradings*. Os instrumentos mais comuns são os títulos instituídos pelas Leis nº 11.076 – de 30 de dezembro de 2004 –, nº 8.929 – de 22 de agosto de 1994 – e nº 10.200 – de 14 de fevereiro de 2001.

Outra questão importante refere-se à extensão dessa faculdade aos direitos creditórios que lastreiam o CRA e o CDCA, principalmente a Cédula de Produto Rural (CPR), com liquidação financeira. A alteração legal introduzida pela MP nº 725 exige que os dois títulos estejam integralmente lastreados por direitos creditórios com cláusula de correção na mesma moeda.

Além dessas duas questões, outras emendas foram apresentadas à MP, com propostas de mudanças pontuais e aperfeiçoamentos na Lei nº 11.076, em vigor há onze anos. ■

Onde saber mais: Comissão de Política Agrícola da Frente Parlamentar da Agropecuária.

INOVAÇÕES COMPLEMENTARES

O Conselho Monetário Nacional (CMN) passou o limite único de custeio de R$ 1,2 milhão para R$ 3,0 milhões por Cadastro de Pessoa Física (CPF) a cada ano agrícola. Deste total, no primeiro semestre do plano (1º de julho a 31 de dezembro de 2016) podem ser liberados até 60%, e o restante no segundo semestre (1º de janeiro a 30 de junho de 2017) do plano safra.

Para a comercialização, o limite aprovado foi de R$ 4,5 milhões por produtor, enquanto, no investimento, o teto permaneceu inalterado em R$ 430 mil por beneficiário.

Na pecuária de corte, as aquisições de animais para recria e engorda deixam de ser consideradas investimento e passam para a modalidade de custeio. A mudança vai proporcionar ao produtor mais recursos e agilidade na contratação do crédito.

MEDIDA PROVISÓRIA (MP) Nº 725

Introduziu, em de 11 de maio de 2016, uma importante alteração nas regras sobre a emissão de dois títulos instituídos pela Lei nº 11.076/04: o Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA) e o Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA), que, agora, poderão ser emitidos com cláusula de correção pela variação cambial, desde que negociados com investidores não residentes no País.

Na condição de grande exportador de produtos agrícolas, uma das reinvindicações antigas do agronegócio constitui-se na criação de mecanismos para atrair investidores estrangeiros e incentivar a captação de recursos via mercado de capitais.

A execução dessa estratégia depara-se com algumas dificuldades. Hoje, a parte mais expressiva dos contratos fechados para entrega futura de produtos é negociada com as empresas estabelecidas no País e liquidada em moeda nacional. Esse é o caso da soja, do milho e do algodão, apesar de terem seus preços cotados em moeda estrangeira nas bolsas de mercadorias e futuros.

Desta forma, a autorização para a emissão de títulos com cláusula de correção pela variação cambial ganhará amplo alcance com a inclusão dos investidores residentes e a obrigação de a liquidação ser feita em moeda nacional.

> O SETOR QUE É O MOTOR DA NOSSA ECONOMIA CONTINUA CARREGANDO O PAÍS. E CONTA COM A AJUDA DA GIG.

A GIG É MAIS DO QUE UM AGÊNCIA DE PUBLICIDADE, ASSESSORIA DE IMPRENSA OU CONSULTORIA. POR ISSO, FAZ MAIS DO QUE CONTAR HISTÓRIAS. REUNINDO VÁRIAS INTELIGÊNCIAS, A GIG PLANEJA, CRIA ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO E MOSTRA PARA O MUNDO TODO O VALOR DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO. ANDEF, ASSOCON, CITRUSBR, ABIEC, MONSANTO, AGRO TOOLS, AGROCONSULT, ÚNICA, GRUPO RONCADOR E OUTROS GRANDES NOMES DO NOSSO AGRONEGÓCIO TÊM HISTÓRIAS DE SUCESSO COM A GIG. VENHA FAZER A SUA.

WEAREGIG.COM
CONTATO@WEAREGIG.COM
+55 11 2308.8854

PIB BRASILEIRO: QUEDA DE
*3%**

AGRONEGÓCIO: EXPANSÃO DE
*2,4%***



GIG GLOBAL INTELLIGENCE GROUP

SP | RIO | LISBOA | BRUXELAS | LOS ANGELES | DUBAI

*De acordo com as estimativas de economistas independentes, analistas de bancos e corretoras. **Em 2015, segundo a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

SHUTTERSTOCK



CADERNO ABISOLO

DISSEMINAR A TECNOLOGIA EM NUTRIÇÃO VEGETAL

Realizações e iniciativas



CLORIALDO ROBERTO LEVRERO
PRESIDENTE DA ABISOLO

Dentre as realizações e as iniciativas de prestação de serviços promovidas pela Abisolo, a pesquisa de mercado entre as empresas de tecnologia em nutrição vegetal é, sem dúvida, uma das mais importantes. Esse trabalho é um verdadeiro processo de quebra de paradigma e de convencimento junto às empresas para preencher o formulário e entregar os dados para compilação. O resultado leva a uma melhoria nas informações e na qualidade das tomadas de decisão, pois ambas andam no mesmo sentido.

Na segunda metade do século passado, tivemos o salto em Genética – variedades mais produtivas e resistentes a doenças – e o desenvolvimento tecnológico de outros insumos, como defensivos e máquinas. Mais recentemente, desde meados do decênio passado, a Nutrição começou a fazer a diferença. Como as quantidades demandadas pela planta variam conforme o nutriente, na ausência de um elemento a planta não cresce normalmente nem se reproduz.

Este é o sétimo caderno que conseguimos efetuar na ***Agroanalysis***. É uma parceria duradoura, de sete anos. Na sua leitura, mostramos o leque de ações levado a cabo pela entidade. Trata-se de um esforço motivador para atender os nossos associados e contribuir para o desenvolvimento do agronegócio nacional.

De 2008 a 2013, a adoção desse tipo de tecnologia em nutrição vegetal aumentou de forma significativa no Brasil. Na esteira da expansão agrícola, o mercado nacional cresceu nesse período a uma taxa anual de 15%, em volume e faturamento. Em 2014, na primeira pesquisa da Abisolo, obtivemos um valor correspondente a um faturamento de R$ 4,4 bilhões para o setor, com uma expectativa de crescimento de 17% para 2015. Na segunda pesquisa, apuramos um faturamento de R$ 5,2 bilhões para 2015 (aumento de 18,1% em relação a 2014) e uma projeção de expansão de 14% para 2016.

BRASIL: INDÚSTRIA DE TECNOLOGIA EM NUTRIÇÃO VEGETAL
(EM R$ MILHÕES) – 2015

CATEGORIA	Faturamento	Part. %
Foliar	2.741	52,7
Organomineral	1.341	25,8
Orgânico	744	14,3
Condicionador	228	4,4
Substrato	146	2,8
Total	5.200	100,0

Fonte: Abisolo

Marcos regulatórios



FRANCISCO GUILHERME ROMANINI
VICE-PRESIDENTE DA ABISOLO

A tecnologia em nutrição vegetal ganha um espaço notável na agropecuária nacional. As nossas pesquisas de mercado mostram de maneira cabal essa realidade. Nesse sentido, estamos trabalhando de forma assídua no aprimoramento dos marcos regulatórios. Precisamos dar as condições mínimas para as nossas empresas associadas motivarem-se a lançar produtos e serviços inovadores.



Regulamentação da compostagem



GEAN CARLOS SILVA MATIAS
DIRETOR TÉCNICO DE FERTILIZANTES ORGÂNICOS, CONDICIONADORES DE SOLO E SUBSTRATOS PARA PLANTAS DA ABISOLO

A Secretaria de Agricultura desenvolve um trabalho louvável de estabelecer uma norma técnica para compostagem, com a regulamentação da produção e do uso do composto orgânico na agricultura. A iniciativa merece todos os elogios, pois devemos acompanhar o estágio avançado dessa área na Europa e nos Estados Unidos. Nos dias de hoje, com a pressão para a utilização de métodos direcionados à preservação do meio ambiente, a compostagem ganha um novo *status* e requer um marco regulatório adequado.

O alinhamento com as normas federais é preciso para evitar problemas de aplicação e execução das regras a serem acatadas. Em processo de revisão sobre a classificação e a definição dos compostos orgânicos, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) divulgou, recentemente, os limites e as tolerâncias para contaminantes em fertilizantes orgânicos compostos e condicionadores de solo. Os teores de carbono compostável mínimo são outro ponto sensível, assim como os critérios e os limites qualitativos impostos às classes de produtos.

Geração dos remineralizadores

GEAN CARLOS SILVA MATIAS
DIRETOR TÉCNICO DE FERTILIZANTES ORGÂNICOS, CONDICIONADORES DE SOLO E SUBSTRATOS PARA PLANTAS DA ABISOLO

O MAPA alterou a Lei nº 6.894, de 16 de dezembro de 1980, para regulamentar os chamados pós de rocha, com a inclusão dos chamados remineralizadores como uma categoria de insumo destinado à agricultura. Trata-se de um material de origem mineral de tamanho reduzido por processos mecânicos, com capacidade para alterar a fertilidade e as propriedades físicas, químicas e biológicas do solo.

Com essa normatização, surgem novos desafios para a pesquisa avaliar a eficiência agronômica desses produtos. A sua composição é variável de acordo com a região e as condições de formação da rocha. Os estudos deverão indicar o método de aplicação e os seus efeitos no solo e na planta.

Excelência como diferencial



MARCELO L. M. SANTOS
DIRETOR TÉCNICO DE FERTILIZANTES FOLIARES E BIOFERTILIZANTES DA ABISOLO

No mercado brasileiro de tecnologia em nutrição vegetal, existem empresas com mais de quarenta anos detentoras de elevado grau de maturidade para acumular conhecimento e confiança na tecnologia aplicada. Do outro lado, as universidades e os centros de pesquisa cada vez mais estudam e recomendam novas práticas agrícolas para ajudar a cadeia produtiva. Tudo isso otimiza o uso de recursos disponíveis na natureza.

Os "fertilizantes especiais" referem-se a inovações ligadas às tecnologias de formulações e às novas matérias-primas, com definições de como e quanto aplicá-los corretamente. O termo "especial" reflete a busca pela excelência como diferencial. Nossas indústrias investem em pesquisa e desenvolvimento mais de 7% do faturamento. Devemos trabalhar pela capacitação da equipe técnica e comercial, pela qualificação e pela difusão dos biofertilizantes e pelo diálogo junto aos órgãos reguladores.

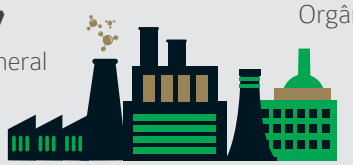
A INDÚSTRIA DE TECNOLOGIA EM NUTRIÇÃO VEGETAL

414
EMPRESAS DO SEGMENTO DE TECNOLOGIA EM NUTRIÇÃO VEGETAL

214 Fertilizantes Foliares

157 Fertilizantes Orgânicos

207 Organomineral



38 Substrato para Plantas

86 Condicionador de Solo

7% Foi a média investida em Pesquisa e Desenvolvimento

40% Dos custos são com matéria-prima

24% Das empresas tem menos de 5 anos de mercado

16% De aumento dos custos de produção em relação a 2014

FATURAMENTO
R$ 5,2 bilhões em 2015

Crescimento de ↑**13%** em relação ao ano anterior e perspectiva de mais ↑**19%** em 2016.

70,5% Fertilizante Foliar

14% Fertilizante Organomineral

8,5% Condicionador de solo

4,1% Fertilizante Organico

2,7% Substratos para Plantas

Geração de **14,4 mil** empregos

62% PRODUÇÃO

6,5% TÉCNICO

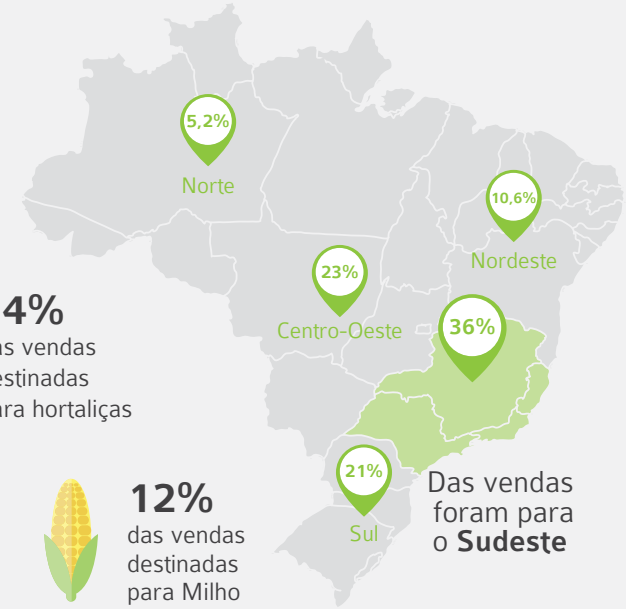
27,9% COMERCIAL

17,6% ADMINISTRATIVO

41% das vendas destinadas para soja

14% das vendas destinadas para hortaliças

12% das vendas destinadas para Milho



Das vendas foram para o **Sudeste**

FONTE
ANUÁRIO BRASILEIRO DE TECNOLOGIA EM NUTRIÇÃO VEGETAL

WEBSITE
abisolo.com.br/anuario

REALIZAÇÃO
abisolo
Associação Brasileira das Indústrias de Tecnologia em Nutrição Vegetal

phylgreen



Fertilizante com extrato de algas *Ascophyllum nodosum*, aminoácidos e nutrientes.

Um Oceano de Benefícios

- Eleva a tolerância das plantas aos estresses
- Otimiza a fotossíntese
- Maior desenvolvimento vegetativo



Exclusivo método de extração a frio "Gentle Extraction":
preserva ao máximo as propriedades fisiológicas do extrato das algas.

www.tradecorp.com.br

tradecorp
nutri-performance



BIO SOJA: EXCELÊNCIA EM FIXAÇÃO BIOLÓGICA DE NITROGÊNIO



10 BIOMAX® + MAX PROTECTION

- Inoculante com maior concentração de UFC (unidades formadoras de colônias).
- Garantia: $1x10^{10}$ UFC/mL.
- Menor dosagem do mercado, diminuindo o volume de calda na inoculação das sementes.
- Maior proteção = maior efetividade na nodulação.
- 45 anos de tradição na produção de inoculantes.

BioCoMo NHT®

- Fertilizante fluido com alta concentração de cobalto, molibdênio e extrato de algas marinhas.
- Garantias: Co (21 g/L) | Mo (210 g/L).
- Menor dosagem por quilo de semente.
- Liberação gradual: disponibilização de Co e Mo durante todo o ciclo da cultura.
- Baixo índice salino, garantindo maior sobrevivência das bactérias fixadoras de nitrogênio.
- Promove um melhor estabelecimento da cultura.

www.biosoja.com.br

Garantia de suprimento de nitrogênio para altas produtividades

Bio Soja 45 Anos

Resposta na natureza



ALESSANDRO OLINDA DE S. MESQUITA
DIRETOR TÉCNICO DE FERTILIZANTES ORGANOMINERAIS DA ABISOLO

A agricultura enfrenta desafios para superar condições climáticas adversas e a incidência de pragas e doenças, na busca por maiores produtividades. Então, como faremos para auxiliar os agricultores? Não há uma resposta única. Desde a genética até as novas práticas agrícolas, passando pelos fertilizantes, o caminho é aumentar a eficiência dos cultivos; daí a sinergia dos compostos orgânicos com os minerais ter enorme potencial de desenvolvimento futuro.

A busca na natureza de soluções para dar mais eficiência à adubação norteia os rumos da pesquisa dos nutrientes, tanto pela diminuição das suas perdas, como pelo aumento da capacidade da sua absorção pela planta. Nesse sentido, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) ajudará na obtenção de novas fontes de matéria-prima. Como enfrentaremos barreiras técnicas e legais, teremos de inovar de forma sustentável, frente ao compromisso de produzir mais com qualidade e custos acessíveis a todos.

Logística reversa



JULIO DE SOUZA
DIRETOR TÉCNICO DE MEIO AMBIENTE DA ABISOLO

A Abisolo acompanha com muita acuidade a Lei nº 12.305/10, que instituiu a PNRS, cujo conteúdo contém instrumentos para o enfrentamento dos principais problemas ambientais, sociais e econômicos decorrentes do manejo inadequado dos resíduos sólidos.

Esta mesma Lei também instituiu a responsabilidade compartilhada dos geradores de resíduos, estando inclusos: os fabricantes, os importadores, os distribuidores, os comerciantes, os cidadãos e os titulares de serviços de manejo dos resíduos sólidos na logística reversa destes e das embalagens pós-consumo. Essas questões fazem parte da visão estratégica da entidade.

SHUTTERSTOCK





VII Fórum e Exposição Abisolo

RESERVE EM SUA AGENDA

04 e 05 de abril de 2017

Expo Dom Pedro Campinas - Rodovia D. Pedro I
Anexo ao Parque D. Pedro Shopping

O grande encontro da Indústria de Tecnologia em Nutrição Vegetal do Brasil, um ambiente para troca de informações, experiências e geração de negócios para toda a cadeia de valor do segmento.

FAÇA PARTE DO GRANDE ENCONTRO DA INDÚSTRIA DE TECNOLOGIA EM NUTRIÇÃO VEGETAL DO BRASIL.

SEJA UM ...

- PATROCINADOR
- EXPOSITOR
- VISITANTE EXPOSIÇÃO
- VISITANTE FÓRUM

FIQUE POR DENTRO

Painel 1
Eficiência da Nutrição Vegetal

Painel 2
Tecnologias e Inovação

Painel 3
Gestão e Sustentabilidade

forumabisolo.com

REALIZAÇÃO:
abisolo
Associação Brasileira das Indústrias de Tecnologia em Nutrição Vegetal

FALE CONOSCO
estevan.nascimento@abisolo.com.br
(19) 4104.0033

VII Fórum e Exposição Abisolo 2017



ANDERSON NORA RIBEIRO
DIRETOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E COMUNICAÇÃO SOCIAL DA ABISOLO

Em 2017, o VII Fórum e Exposição Abisolo ocorrerá no Expo D. Pedro, nos dias 4 e 5 de abril, no município de Campinas, no estado de São Paulo. A expectativa é de recebermos 400 profissionais do setor de Tecnologia em Nutrição Vegetal, incluindo presidentes, diretores e gerentes de empresas. O evento é uma oportunidade para aproveitar os conteúdos e uma oportunidade de *networking* para profissionais, estudantes, pesquisadores e fornecedores. ■

FÓRUM	Ano	Tema
I	2006	"Agricultura e Meio Ambiente em Harmonia"
II	2007	"Tecnologia para uma Agricultura Saudável"
III	2009	"Escassez de Alimentos no Mundo: Soluções e Alternativas"
IV	2011	"Desafios e Inovações para uma Agricultura Sustentável"
V	2013	"Modernidade, Gestão e Tecnologia em Nutrição Vegetal"
VI	2015	"Novo Patamar de Produtividade"

Agenda de trabalho

A atual diretoria da Abisolo está eleita para um mandato de dois anos: 2016-2017. Seguindo o eixo básico de conduta e de princípio de exercícios anteriores, cada uma das cinco diretorias da chamada linha de frente estabeleceu seus planos prioritários. A seguir, os resumos destes conteúdos são apresentados:

FRENTE 1: RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E COMUNICAÇÃO

- Participar de eventos para ampliar visibilidade da entidade;
- Estreitar relacionamento com os associados e prospectar novos associados;
- Alimentar a opinião pública com análises e informações do setor;
- Intensificar as comunicações interna e externa;
- Realizar a quarta pesquisa interna de mercado de foliares e a primeira de orgânicos e organominerais.

FRENTE 2: FERTILIZANTES ORGANOMINERAIS E MINERAIS DE SOLO

- Importância para a sociedade de seus produtos e serviços;
- Reuniões com as associadas para revisão e consolidação das prioridades.

FRENTE 3: FERTILIZANTES FOLIARES E BIOFERTILIZANTES

- Revisões e sugestões nas Instruções Normativas (INs) junto ao MAPA;
- Acompanhar os Critérios de Classificação e Rotulagem de Produtos Químicos e a Comunicação de Perigos, na Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim);
- Divulgação do Programa Interlaboratorial (PI);
- Grupos de Trabalho (GTs): Biofertilizantes; Suspensões Concentradas; e Normatizações.

FRENTE 4: ORGÂNICOS, CONDICIONADORES DE SOLO E SUBSTRATOS PARA PLANTAS

- Aprimoramento da legislação de orgânicos com outros marcos regulatórios (CONAMA, CODEAGRO, CETESB, PNRS etc.);
- Revisão das INs do MAPA nº 53 e nº 27, com considerações sobre a Portaria nº 255;
- GTs: Carbono orgânico; e Compostagem.

FRENTE 5: MEIO AMBIENTE

- Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS);
- Análise da implementação da logística reversa.

DEFENSIVOS AGRÍCOLAS

SETOR INCENTIVA DIÁLOGO NO CAMPO EM PROL DAS ABELHAS

Uma das bandeiras do Projeto Colmeia Viva® é a relação mais produtiva entre agricultura e apicultura.

IDEALIZADO PELO setor de defensivos agrícolas, por meio do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para a Defesa Vegetal (SINDIVEG), o Projeto Colmeia Viva® tem a missão de promover o uso correto de defensivos agrícolas na agricultura brasileira para proteger os cultivos e contribuir para a garantia do direito básico de alimentação das pessoas, respeitando a apicultura e protegendo as abelhas e o meio ambiente.

Colmeia Viva – MAP: Mapeamento de Abelhas Participativo

0800 771 8000

Funcionamento:
Das 7h às 19h, todos os dias da semana, incluindo sábados, domingos e feriados.

Uma das iniciativas do projeto é a Relação Mais Produtiva entre Agricultura e Apicultura, incentivando o diálogo entre agricultores e criadores de abelhas. Trata-se do projeto **Colmeia Viva – MAP: Mapeamento de Abelhas Participativo**, voltado para o levantamento de dados sobre a mortalidade de abelhas, com um mapeamento inédito dos fatores que contribuem para a perda de colmeias e abelhas no estado de São Paulo. O **MAP** tem participação da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP) e da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Lançado em 2015, possui um canal exclusivo para agricultores, apicultores (criadores de abelhas com ferrão – *Apis mellifera*) e meliponicultores (criadores de abelhas sem ferrão), além de suas associações relatarem perdas e esclarecerem dúvidas por meio do seguinte número: **0800 771 8000**.

Os agricultores participam quando se encontram colmeias não identificadas em suas propriedades; em caso de dúvida na ocorrência de um incidente por aplicação de defensivo agrícola; e se precisarem de orientação sobre boas práticas de convivência entre as atividades agrícola e apícola. Já os apicultores podem participar quando verificarem perdas de colmeias e abelhas em seus apiários; se necessitarem de suporte no entendimento das causas de perda de colmeias; sobre o que fazerem em caso de possível incidente com abelhas; e, também, se necessitarem de orientação sobre boas práticas de convivência entre agricultura e apicultura.

A vice-presidente executiva do SINDIVEG, Silvia Fagnani, enfatiza que entender os fatores que contribuem para a perda das abelhas é o primeiro passo para uma relação mais produtiva entre agricultura e apicultura. "Quanto mais pessoas no campo tiverem acesso ao número do 0800 e participarem do Projeto, maior será a abrangência do mapeamento almejado por essa iniciativa inédita", ressalta Fagnani.

Nesses primeiros nove meses do **MAP**, o grande desafio tem sido a divulgação do **0800 771 8000** no campo para agricultores e criadores de abelhas. Para explicar como participar e o seu funcionamento, o **Colmeia Viva – Mapeamento de Abelhas Participativo** conta com uma Cartilha, nas versões impressa e online, com *download* gratuito no site do **Projeto Colmeia Viva®**.

O mapeamento dará origem a um Plano de Ação Nacional voltado às boas práticas de aplicação dos defensivos agrícolas para uma relação mais produtiva entre apicultura e agricultura. ■

Diálogo entre agricultor e apicultor

Reconhecendo seu papel na construção de uma relação mais produtiva entre agricultura e apicultura na proteção das abelhas, o setor de defensivos agrícolas incentiva o diálogo entre agricultores e apicultores. Nesse sentido, o **Projeto Colmeia Viva®** lançou um manifesto, numa declaração pública da crença do setor de que a colaboração é o melhor caminho para a construção de uma relação mais produtiva, protegendo as abelhas e o meio ambiente.

Todos os detalhes e informações sobre o Projeto estão disponíveis no site www.projetocolmeiaviva.org.br. A ferramenta online apresenta detalhes sobre as bandeiras e iniciativas do **Colmeia Viva®**. Logo na *home*, um vídeo de três minutos relata exemplos bem-sucedidos de interação entre agricultura e apicultura, bem como permeia o tema de forma didática e divertida.



Ainda no site, o Blog Colmeia Viva manterá *posts* atualizados sobre os assuntos de interesse, como o próximo *workshop*, previsto para setembro.



AQUISIÇÃO DE TERRAS PARA ESTRANGEIROS

FÁBIO DE SALLES MEIRELLES
Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP)



DESDE A Assembleia Constituinte de 1988, o tema aquisição de terras por estrangeiros é controverso. Os defensores da liberação irrestrita argumentam a necessidade de isonomia de tratamento entre empresas nacionais e estrangeiras e apontam violação dos preceitos de livre iniciativa, desenvolvimento nacional, igualdade, propriedade e, mesmo, de livre associação.

Por outro lado, os defensores da restrição absoluta argumentam que há ofensa à soberania e aos interesses nacionais e salientam que grupos estrangeiros representam interesses de seus respectivos países, de modo que não haveria isonomia de tratamento na concorrência entre as empresas nacionais e estrangeiras.

Há um Projeto de Lei (PL) em trâmite na Câmara dos Deputados, de nº 4.059/12, que, a nosso ver, apresenta alguns pontos de interesse do setor agropecuário. Contempla, entre outros itens, a aquisição com a limitação de 25% da área do município, sendo permitidos somente 10% em poder de uma única nacionalidade e vedando-se aquisições por Organizações Não Governamentais (ONGs) e Pessoas Jurídicas (PJs) controladas por fundos soberanos.

Contudo, apresenta um item que deve ser repelido: o PL equipara a PJ constituída no Brasil mas com controle de capital estrangeiro a uma PJ nacional, permitindo, sem qualquer restrição, a aquisição ou o arrendamento de terras, isentando qualquer controle a ser exercido pelo Estado, o que vinha sendo exercido até 2010, quando foi publicado o Parecer da Advocacia-Geral da União (AGU) LA-01/2010, dando nova interpretação à Lei nº 5.709/71, para enquadrar a PJ controlada por capital estrangeiro como, efetivamente, estrangeira.

O Brasil deve apoiar as iniciativas para atrair investimentos estrangeiros, pois necessita de recursos para desenvolver seu extenso território, além de ser inviável a condição de isolamento em um mundo tão globalizado e integrado.

Entretanto, é legítimo defender os interesses de nossos produtores e das empresas nacionais, de maneira que possam concorrer em parâmetros adequados e justos, criando, para isso, regras de modo que os investidores estrangeiros não inviabilizem a nossa produção local.

Acreditamos que devem ser mantidas as atuais regras constitucionais para a preservação da soberania nacional, em especial nossas fronteiras, mas deve-se buscar o equacionamento do tema, com a criação de mecanismos de controle e monitoramento do Estado para as aquisições de terras por estrangeiros, de forma a preservar nossa agropecuária nacional. ■

PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA A AGRICULTURA BRASILEIRA

MÁRIO VON ZUBEN

Engenheiro agrônomo pela Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Esalq/USP), pós-graduado em Gestão Estratégica de Negócios pela Universidade de Calgary, no Canadá, e diretor executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef)

ESTUDOS DESENVOLVIDOS por empresas e instituições relacionadas ao agronegócio indicam que, daqui a vinte anos, a população da Terra precisará de 55% mais alimentos do que consegue produzir hoje. Atualmente, há 7,1 bilhões de habitantes no mundo e, em 2050, segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), chegaremos a 9,7 bilhões de pessoas. O desafio diário que se impõe a empresas e governos é como ajudar o agricultor a produzir mais com o mesmo espaço de terra e de forma sustentável.

Projeta-se que 95% da expansão da produção de alimentos nos próximos anos serão provenientes do aumento da produtividade; somente 5% virão de novas áreas agricultáveis. Nos últimos vinte anos, o Brasil aumentou em 240% sua produção agrícola e somente em 30% a área agricultável. Isso explica o crescimento do agronegócio mesmo em épocas de vacas magras para a maioria dos outros setores.

Em sua apresentação no Global Agribusiness Forum, realizado recentemente em São Paulo, Luiz Vieira, da PricewaterhouseCoopers (PwC), afirmou que, dado o crescimento da população mundial – sobretudo da chamada classe média emergente –, a comida ganhará cada vez mais importância e que o Brasil tem um enorme potencial para suprir tanto o crescimento de sua demanda interna, quanto a oriunda de outros países.

Segundo a FAO, o Brasil e a América do Sul serão responsáveis por 40% do aumento da produção de alimentos esperado para os próximos anos. O País tem a possibilidade de ser o grande celeiro sustentável da agricultura no mundo. A FAO registra, ainda, que, com programas, estratégias e ações estruturantes, o Brasil é uma referência internacional de combate à fome por adotar diretrizes adequadas. São experiências bem-sucedidas, por exemplo, a transferência de renda (Bolsa Família), as compras diretas para aquisição de alimentos e a capacitação técnica de pequenos produtores.

Nos últimos anos, políticas dessa natureza reduziram o número de pessoas que se encontram na condição de insegurança alimentar. O País é mundialmente importante na produção agrícola e na diversidade de alimentos. Em nível nacional, a produção e a disponibilidade de alimentos para o consumo da população não constituem riscos para a segurança alimentar e nutricional.

O Brasil está entre os líderes mundiais na produção de laranja, café, cana-de-açúcar, soja, feijão, carne bovina, abacaxi, milho, limão e banana, além de ter uma expressiva produção de leite. Decerto, ainda há muito o que melhorar.

RECOMENDAÇÕES DA FAO

- Turbinar a eficiência de processamento de alimentos;
- Otimizar a atividade das organizações não governamentais e das doações de alimentos;
- Usar a internet e as mídias sociais para potencializar o conhecimento e a conscientização;
- Tonificar a riqueza econômica e, consequentemente, o poder de compra;
- Investir em capacidade de armazenamento e logística para reduzir as perdas na cadeia de valor;
- Intensificar o acesso à educação e à informação;
- Eliminar as barreiras comerciais;
- Desenvolver novos modelos de negócio para atrair novos investimentos. ■

DIÁRIO DE BORDO

BREXIT E GLOBALIZAÇÃO

ROBERTO RODRIGUES

Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (FGV), embaixador especial da FAO para as Cooperativas e presidente do LIDE Agronegócios

AS CONSEQUÊNCIAS da saída do Reino Unido da União Europeia (UE) ainda não estão perfeitamente identificadas e medidas. A soberana decisão do povo inglês não foi uma completa surpresa, mas criou uma perplexidade estonteante no Velho Continente e no mundo: tal povo simplesmente não queria ser governado por um Conselho Europeu que não elegeu.

O que vai acontecer em seguida? Outros países pensarão em sair também, seguindo a solução britânica? Farão consultas populares? Como fica a situação da Escócia? Ninguém sabe.

Alguns reflexos – ainda muito inconsistentes – podem orientar outras nações do bloco para além das muitas incertezas. Por exemplo: as empresas sediadas na Grã-Bretanha terão ainda acesso garantido aos demais cidadãos europeus? Ou os governos dos países remanescentes criarão dificuldades para isso, até mesmo para desestimular outras defecções?



O fato real é que a libra esterlina já perdeu valor, bem como as ações no mercado. Como vai ficar a taxa de câmbio? E os juros? O fluxo de capital para o Reino Unido vai diminuir? Se isso acontecer, como será financiado seu déficit em conta-corrente? Quem perde mais com isso? O consumo deverá cair, freando a produção e, até mesmo, o comércio? Tantas questões intrigantes!

Mas, afinal, o que está mesmo por trás dessa confusão toda? Alguns analistas têm afirmado que, no fundo, o que existe é um medo difuso da globalização, porque esta implica maior concorrência e, portanto, mais insegurança. Com isso, sociedades inteiras preferem combater o imigrante ou o trabalhador estrangeiro que poderia estar tomando seus empregos. Esquecem-se de que é na competição que a prosperidade beneficia a todos, não no protecionismo. Lembro-me bem de como, no começo das discussões sobre o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), havia um medo da concorrência com os agricultores argentinos, e, agora, está claro que esta competição estimulou nossa capacidade produtiva: ganhamos mais mercados, investindo mais em tecnologia e gestão nas cadeias produtivas do agro.

Seja o que for, hoje é impossível um país isolar-se do resto do mundo, e é lógico que esta não é a posição do Reino Unido. Mas, a Inglaterra demorou vinte anos para se juntar à Comunidade Econômica Europeia e, de certa forma, sempre esteve com um pé-atrás em relação ao bloco, para não dizer com uma ponta do pé fora mesmo...

As razões motivadoras para a formação do bloco europeu depois da Segunda Guerra Mundial – principalmente o sofrido tema da segurança alimentar – já não existem mais. Mas, não existem exatamente porque o bloco cumpriu seus objetivos com eficiência e, também, por causa da famigerada globalização. E, mais: muitos países da antiga Cortina de Ferro, adversários da Europa Ocidental na Guerra, acabaram entrando na UE, foram beneficiados por ela e a beneficiaram.

A realidade do mundo atual, com migrações em massa, com pobreza que precisa ser erradicada na África, na Ásia e no Oriente Médio, com radicalismo religioso e terrorismo, exige dos governos e das organizações multilaterais uma nova visão da globalização, com bem-estar maior para todos. Não há espaço para privilégios ou brutais diferenças sociais, nem dentro dos países, nem entre os países.

Talvez, esse seja o maior legado do Brexit: uma nova globalidade, mais equilibrada e justa. ■

PRODUZIR

PAVIMENTAR O CAMINHO PARA UMA SOCIEDADE SUSTENTÁVEL

GUSTAVO DINIZ JUNQUEIRA
Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

AS FORÇAS centrífugas crescentes no mundo aumentam o abismo entre os mais ricos e os menos favorecidos e, também, as assimetrias regionais. A polarização política e a intensificação de migrações expressam essas tendências. Contudo, o Brasil, mais uma vez, encontra-se numa posição privilegiada.

O ser humano precisa, sobretudo, de comida, e provê-la é uma vocação natural do Brasil. Mesmo com as surpresas que o avanço tecnológico traz ao setor, possuiremos vantagem competitiva na produção de alimentos por algumas décadas. Como no caso do bônus demográfico, o País dispõe de uma janela de oportunidade para manter e aumentar sua posição como um dos líderes na produção de comida, fibras e combustíveis renováveis.

Diferente dos setores da Indústria e de Serviços, concentrados nas megametrópoles da área costeira, o Agro acontece, essencialmente, no interior, em regiões do enorme espaço geográfico dos biomas do Cerrado e da Amazônia. Nessa frente agrícola e de reserva ambiental, a densidade populacional varia entre 2 e 15 habitantes por quilômetro quadrado, enquanto a faixa costeira e alguns estados do Sul contam com 50 a 500 pessoas por quilômetro quadrado.

O setor agropecuário, reforçado pela exploração do grande potencial da biodiversidade, representa a âncora do País, não apenas em geração de riqueza e emprego de forma descentralizada, mas como modelo de convivência mais pacífico. Os 15% dos brasileiros que produzem alimento para 85% dos conterrâneos asseguram o saldo positivo do balanço de pagamento, combinado com menor pressão sobre o novo modelo de convivência da sociedade, e atribuem ao Brasil rural o papel de preservador da unidade nacional.

Os efeitos articulados da Biotecnologia, da Nanotecnologia e da Tecnologia da Informação estão provocando rupturas nos sistemas de produção e, por consequência, na composição do poder na sociedade. A automação, que já expulsou milhares de trabalhadores das fábricas e começa a ameaçar até profissionais mais qualificados da área de Serviços, chegará ao Agro mais lentamente e com efeitos menos dramáticos. Enquanto a população rural nos EUA e na Europa oscila entre 2% e 4%, este índice no Brasil deve recuar dos atuais 15% para 7% a 8% nos próximos quinze anos, e, provavelmente, deve haver uma terceira onda migratória nesse período.

Com a industrialização e a construção das metrópoles, milhões de jovens do Norte e do Nordeste mudaram-se para a área costeira. Numa segunda onda, jovens agricultores migraram dos estados do Sul para a frente agrícola, cuja produção, hoje, sustenta a economia e as contas externas. Considerando o estresse urbano e a queda das oportunidades profissionais e empreendedoras nas grandes cidades, possivelmente jovens acadêmicos e técnicos das áreas de Agronomia, Mecânica, Computação, Saúde e Educação vejam as vantagens do interior, cada vez mais urbanizado, com acesso a quase todo tipo de serviços e conectividade que caracterizam a vida urbana.

O Brasil rural pode ser o novo Brasil que todos, neste momento de reconstrução, estão almejando. Produção, renda, qualidade de vida e a tradicional cidadania da vizinhança em regiões do interior são atrativos que os jovens descobrirão em breve, para iniciar a terceira onda de migração, na contramão do chamado êxodo rural. ■



OPINIÃO

BIOECONOMIA E A AGRICULTURA

ARNALDO JARDIM
Deputado federal licenciado (PPS-SP) e secretário de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo

A AGRICULTURA sempre foi vista como produtora de alimentos. Essa visão deve permanecer, mas acrescida de que queremos alimentos saudáveis. Entretanto, mais do que isso, a agricultura é produtora de fibras e energia. Há, portanto, neste momento que vivemos, um processo de transição das fontes fósseis de energia para uma base renovável, que vem mudando a base da economia mundial, havendo um grande protagonismo da agricultura.

Por séculos lastreada no consumo de recursos fósseis, particularmente alicerçada em petróleo, gás e carvão, a economia está mudando para uma realidade baseada na bioeconomia, ou seja, em fontes renováveis de energia. Isso é estratégico. As mudanças climáticas exigem isso, e, hoje, particularmente a agricultura pode passar a ser grande produtora de energia.



Podemos dizer que o horizonte é positivo. Dados do Ministério de Minas e Energia (MME) apontam que, de 2014 para 2015, a participação das energias renováveis na matriz energética brasileira passou de 39,4% para 41,2%. Os destaques ficam por conta do etanol e do bagaço da cana, com 41,1% desta participação, à frente das hidrelétricas (27,5%), da lenha e do carvão vegetal (19,9%), do biodiesel (2,5%) e da energia eólica (1,5%).

A biomassa, por exemplo, pode ser melhor aproveitada se recordarmos que, em 2009 e 2010, ela chegou a representar cerca de 30% da expansão do setor elétrico. Em 2016, será responsável por 7% e, mantendo as previsões da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), em 2020, representará 3% da expansão. Essas questões foram abordadas em seminário que realizamos nos dias 28 e 29 de junho, na sede do Instituto Agronômico (IAC), da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA), em Campinas.

Com a participação de palestrantes da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), da Agropolis International, da Natura, da DSM Nutritional Products, do Centro de Tecnologia Canavieira (CTC), da BE-Basic, do Instituto SENAI, do Instituto de Tecnologia de Alimentos (ITAL), da SAA e da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), discutimos o potencial da bioeconomia como uma oportunidade de mudança do sistema baseado na economia fóssil para um sistema baseado em energias renováveis, norteado pela sustentabilidade, mas com uma série de questões a serem superadas.

Também debatemos a equação entre obesidade e desnutrição e como essa nova visão econômica pode influenciar na saúde e na nutrição humanas. A bioeconomia pode possibilitar o desenvolvimento de, por exemplo, maior cuidado da saúde e melhor segurança alimentar por meio de práticas agrícolas sustentáveis.

Falamos sobre iniciativas que fomentam o crescimento da economia local e garantem sustentabilidade e desenvolvimento social. Os convidados abordaram, ainda, pontos importantes como a elevação da temperatura global e suas consequências, os ganhos ambientais e econômicos do potencial das usinas de cana com etanol de 1ª e 2ª gerações e com biomassa.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) estima que, até 2030, o uso das biotecnologias contribuirá com até 35% da produção industrial de químicos, 80% do setor farmacêutico e 50% da produção agrícola. Essa transição garante que a agropecuária entregue não apenas produtos, mas também valor agregado, saúde e preservação. ■

REFLEXÃO

LIDERANÇA E PROTAGONISMO

LUIZ CARLOS CORRÊA CARVALHO
Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

AS ESTRATÉGIAS brasileiras aplicadas a partir da década de 1970 levaram a produção nacional de alimentos, fibras e energia renovável a galgar as primeiras colocações no *ranking* mundial. No curto período de uma geração, nos tornamos o único país tropical com este privilegiado *status*. Revertemos uma situação crônica de importador de alimentos para um ciclo de exuberância. O Brasil passou a ser admirado como grande e consolidado provedor global de alimentos e energia renovável.

Hoje, o mundo vive uma escassez de líderes com visão global e de futuro. No agronegócio, temos peso para atuarmos com protagonismo. Esse resultado foi fruto de fortes lideranças, pessoas brilhantes e corajosas que conseguiram propiciar um ambiente de crescimento e empreendimento. As cadeias produtivas brasileiras ficaram competitivas e modernas. Desenvolvemos tecnologias próprias para enfrentar os inéditos desafios do clima tropical.

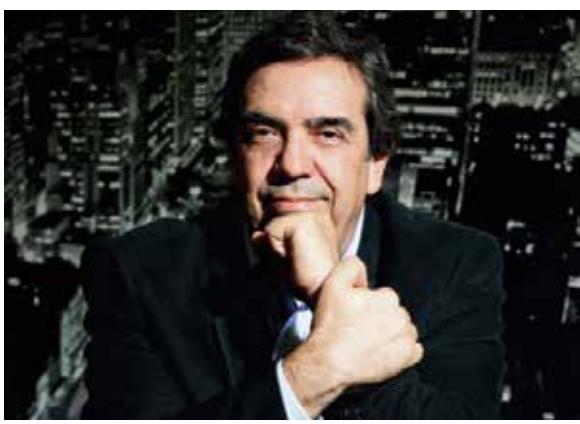
Nada disso, portanto, ocorreu da noite para o dia ou por mero acaso. Essas conquistas no universo do agro envolveram esforços em pesquisa, seja em biotecnologia, defesa sanitária, inovação em máquinas e equipamentos agrícolas, tecnologia da informação ou ações institucionais, entre outros. Ganhamos uma posição de proeminência que marcará o destino do Brasil. Hoje, o mundo conta com a oferta brasileira.

Exportamos produtos agrícolas para mais de 160 países, mas ainda há timidez na capacidade de negociação brasileira. Enquanto os acordos multilaterais da Organização Mundial do Comércio (OMC) falharam desde o começo deste século, perdemos tempo sem fazer acordos bilaterais. Agora, a introdução das questões ambientais é chave nesses acordos, em função dos compromissos assumidos pelo Brasil perante a comunidade internacional.

Como a grande moeda de troca brasileira no comércio mundial, o agronegócio pesa na construção e na execução de um plano nacional. Soma-se a isso o desafio de agregar valor para inserirmos nossos produtos com maiores margens nas cadeias produtivas globais do agro. Hoje, os consumidores anseiam por alimentos que ofereçam qualidade e permitam melhor nível de vida e de bem-estar.

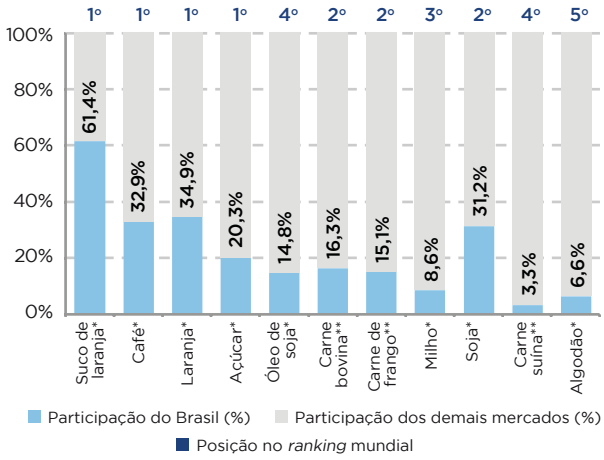
O momento é complexo no mundo e confuso e tenso no Brasil. Convivemos com uma dramática crise econômica, social e política. A ética dá segurança a um desenvolvimento equilibrado, que abraça as pessoas. Essa é uma reforma essencial para um país que necessita de várias outras reformas nos campos da economia e da política. Em função de seu peso na atividade econômica e de sua predominância na grande maioria dos municípios nacionais, o agronegócio pode contribuir para o aprimoramento das práticas de valores e princípios éticos da sociedade. Para seguir seu rumo de protagonista nesse campo essencial de segurança alimentar e energia renovável, é preciso liderar em ideias e ações.

O 15º Congresso Brasileiro do Agronegócio (CBA), a ser realizado neste mês pela ABAG, com o tema "Liderança e Protagonismo", deverá aflorar e colocar em discussão todas essas questões importantes. Como nos eventos anteriores, esperamos contribuir positivamente na formação da opinião do agronegócio e da sociedade brasileira. ■



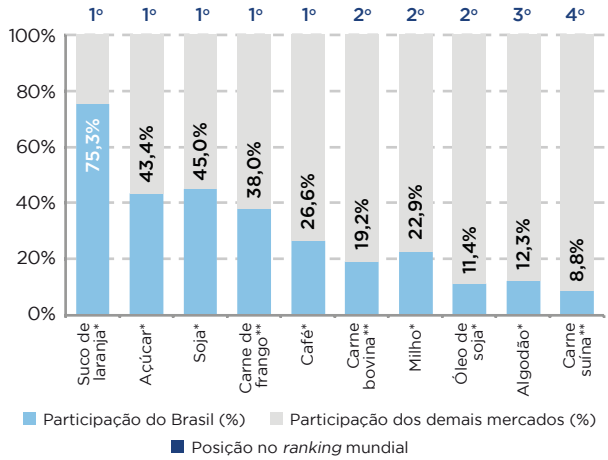
PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO PRODUTOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2015/16



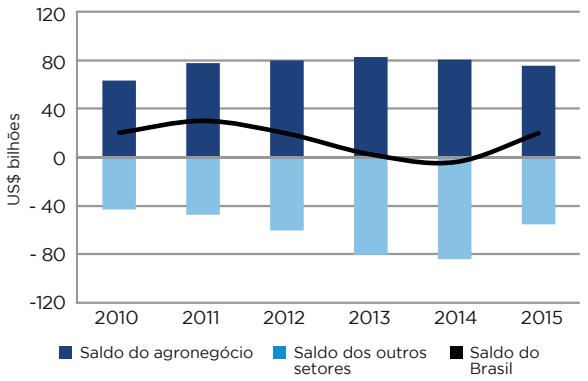
* 2015/16; ** 2016
Fonte: USDA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO EXPORTADOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2015/16



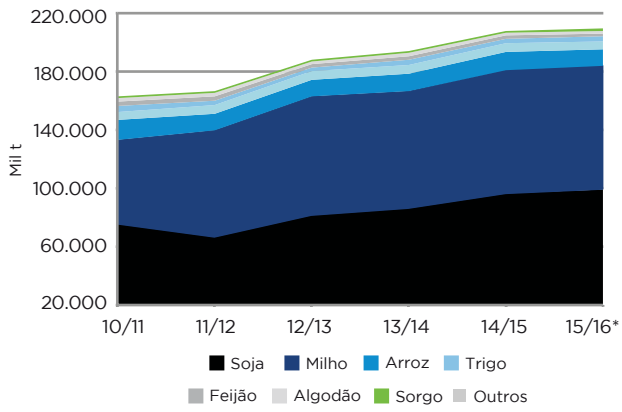
* 2015/16; ** 2016
Fonte: USDA; CNA

BRASIL: EVOLUÇÃO DO SALDO DA BALANÇA COMERCIAL



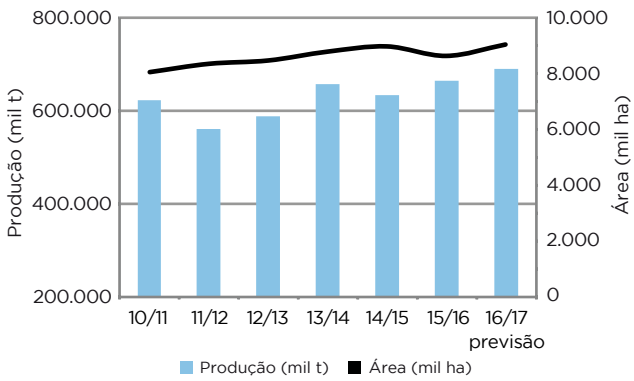
Fonte: SECEX

BRASIL: PRODUÇÃO DE GRÃOS, POR PRODUTO



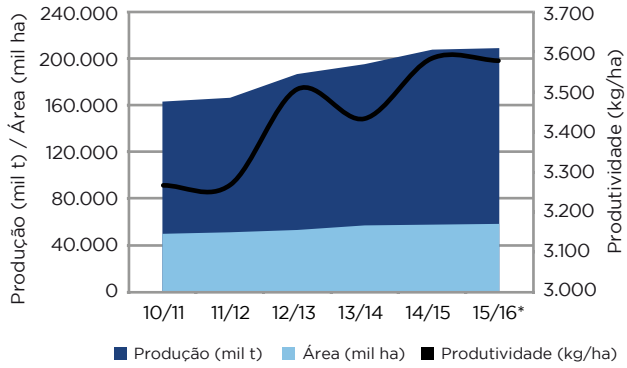
* Previsão em abril de 2016
Fonte: Conab

BRASIL: ÁREA E PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR



Fonte: UNICA; Conab

BRASIL: ÁREA PLANTADA COM GRÃOS, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE



* Estimativa em abril de 2016
Fonte: Conab